

ELIANA AYOUB

INTERESSES FÍSICOS NO LAZER,
COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DO
PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação Física

1993

ELIANA AYOUN 621

INTERESSES FÍSICOS NO LAZER,
COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DO
PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Dissertação apresentada. como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre EM EDUCAÇÃO FÍSICA na área de Concentração: Estudos do Lazer à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino n/40

1950 -

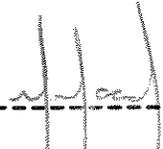
Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação Física

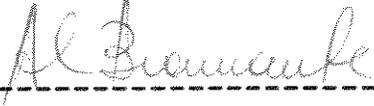
1993

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

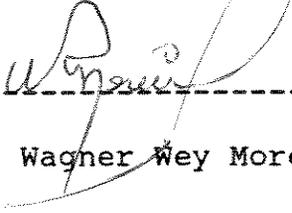
Comissão Julgadora:



Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino



Prof. Dr. Antônio Carlos Bramante



Prof. Dr. Wagner Wey Moreira

ELIANA AYOUB

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por ELIANA AYOUB e aprovada pela Comissão Julgadora em 19 de julho de 1993.

Data: 19-07-93
Assinatura: 

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação Física

1993

AGRADECIMENTOS

Ao Marcellino, pela sua constante disponibilidade e competência no processo de orientação.

Ao Wagner e ao Bramante, pelas contribuições a este estudo.

Aos meus familiares, pelo carinho e apoio.

Aos meus amigos e amigas que estiveram presentes nesta caminhada, compartilhando comigo as horas alegres e difíceis.

Ao João, pelo amor, compreensão, estímulo, carinho e, sobretudo, paciência.

A Jacira, a Vilma e a Heloísa, por me emprestarem seus computadores e impressoras, ajuda valiosa e imprescindível.

Este trabalho contou com o apoio do FAEP - Unicamp e com bolsa da FAPESP.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Samir e Ivany, cujo amor e confian-
ça tem sido, para mim, um precioso
estímulo para a realização dos meus
ideais.

RESUMO

Este estudo trata da problemática que envolve a intervenção do profissional da educação física na área do lazer, em especial no que se refere aos conteúdos culturais abrangidos pelos interesses físicos.

Caracteriza-se como uma combinação entre pesquisa bibliográfica e empírica com trabalho de campo, sendo que nesta foi realizado um **estudo comparativo** entre os setores público e privado da área urbana da cidade de Campinas. Os locais selecionados para a coleta de dados foram Praças de Esporte da Prefeitura Municipal de Campinas e Clubes Particulares.

Os principais questionamentos que orientaram o trabalho de campo foram os seguintes: - como vem se desenvolvendo o trabalho dos professores nestas instituições; - quais diferenças e semelhanças podemos verificar entre estes setores; e - a atuação dos professores tem se dado, ou não, na perspectiva do animador cultural.

A situação observada revelou que embora existam diferenças em relação à estrutura e recursos disponíveis entre os dois setores, verifica-se um quadro geral bastante semelhante, especialmente no que diz respeito à atuação do profissional da educação física, a qual não tem se desenvolvido na linha do animador cultural.

Atribuo esta situação a dois fatores centrais: o despreparo profissional (o que remete ao problema da formação profissional) e à ausência de uma política de lazer séria e eficiente.

ABSTRACT

This study is about the problem of the action of the physical education professional, specially what concerns the cultural contents covered by the physical interests. It is characterized by a combination of both bibliographical and empirical research with field work. A comparative study between the public and private sectors was held as part of the empirical research in the urban area of Campinas. In order to collect data, Campinas Municipality Sports Squares and Private Clubs were chosen.

The main questions that headed the field work were the following: - how the teachers' work has being developed in those institutions; - which differences and similarities can be seen between the two areas; and - whether teachers have worked as cultural animators, or not.

Although there are differences in relation to the structure and available resources between the two sectors, observations reveal a very similar framework, specially concerning the physical education professional's action, which has not being developed into the cultural animator.

It may be infered that this situation is due to two principal reasons: lack of professional training (this aspect leads to the professional background problem) and also lack of a serious and efficient leisure policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (Abrindo o Diálogo)	p.11
I - SINTONIZANDO O DIÁLOGO	p.21
I.1 - Concepção de Lazer	p.22
I.2 - Barreiras à Vivência do Lazer: tempo, espaço e informação	p.36
I.3 - Atuação Profissional no Lazer	p.41
I.3.1 - Os riscos na atuação de especialistas em lazer	p.42
I.3.2 - O animador cultural	p.47
I.3.3 - O animador cultural e o processo de democratização do lazer e da cultura .	p.52
I.3.4 - O profissional da educação física como animador cultural - o "especialista" em educação física se "especializando" em lazer	p.65

II - EM BUSCA DE ELEMENTOS PARA UMA LEITURA DA SITUAÇÃO	p.74
II.1 - Procedimentos Metodológicos	p.75
II.2 - Processo de Inserção nos Grupos	p.80
II.3 - O Setor Público	p.83
II.4 - O Setor Privado	p.94
III - LEITURA DA SITUAÇÃO	p.103
CONSIDERAÇÕES FINAIS (E o Diálogo continua) ..	p.132
NOTAS	p.141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.145

INTRODUÇÃO

(Abrindo o Diálogo)

Desde o meu ingresso, em 1985, no curso de graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, como integrante da primeira turma, venho acompanhando a temática relacionada ao problema do avanço do conhecimento da área da educação física, sendo que, durante a graduação, participei intensamente de discussões sobre este assunto, nas quais a questão da **crise da educação física** era amplamente abordada.

O interesse despertado naquele período motivou-me a ingressar no mestrado e realizar este trabalho, certa de que esta área do conhecimento humano, apesar dos avanços teóricos já conquistados, ainda carece de estudos sistemáticos a nível de pós-graduação.

No que se refere à **crise** da educação física, diferentes autores, de várias nacionalidades, têm tratado esta questão, variando os argumentos e abordagens quanto aos caminhos necessários à sua superação.

Destacando alguns deles eu mencionaria Manuel SÉRGIO, Pierre PARLEBAS e João Paulo S. MEDINA.

Para Manuel SÉRGIO,

"A Educação Física está em crise: perdeu a tranquilidade das margens onde tudo se encontrava solidamente construído e vê-se forçada a procurar outros horizontes, novas orientações."
(1988, p.313)

Em seus estudos a respeito da epistemologia da motricidade humana, este filósofo português considera que "a Educação Física tem sido uma tradição disciplinar, mas não uma autonomia disciplinar e, sem esta, dificilmente se constitui em comunidade científica." (1989, p.47) Segundo o autor, o caminho

para a superação desta crise depende da construção de uma nova ciência, a ciência da motricidade humana, sendo a motricidade humana o seu objeto de estudo. E dentre as áreas que abrangeriam esta nova ciência, distingue a **ludomotricidade**, entendida como o

"(...) comportamento motor típico das actividades lúdicas. O jogo não é uma fase, mas uma dimensão da própria vida, que gera a cultura, a arte, o desporto, sob um clima de improdutividade, liberdade e festa." (s.d., p.156)

Pierre PARLEBAS é um sociólogo francês que também detecta a crise atual da educação física na França e a situa em vários planos de uma só vez: no das técnicas, no dos **campos de intervenção**, no da formação e no da investigação. (1987, p.2) E quanto aos campos de intervenção, considera o **esporte de lazer** como um deles. Afirma ainda, que a educação física está necessitando de uma inversão total de perspectivas, de uma nova concepção baseada no conceito de conduta motriz, que possibilite a configuração da ciência da ação motriz.

Esses autores, ao proporem uma nova orientação para a educação física em direção ao estudo de um objeto teórico próprio e específico - que lhe confira unidade no seio da diversidade, e autonomia, em lugar da submissão a outras disciplinas -, e ao situarem sua problemática geral em relação aos cursos de formação profissional, **campos de atuação** e investigação científica, enfatizam a urgente necessidade de uma inversão radical (no sentido de profundidade) de valores, a qual proporcione a ruptura indispensável para que se dê os primeiros passos em direção à superação desta crise. Acredito, igualmente, na premência desta inversão de valores, uma vez que, conforme ressalta Jorge CRESPO, as recentes transformações

do mundo têm levado a educação física a perder suas funções tradicionais, com progressiva desatualização das antigas práticas e teorias, deixando em aberto, pela inexistência de novas soluções, um vazio que é indispensável preencher. (Apud SÉRGIO, s.d., p.145)

Abordando a necessidade da crise para a educação física, João Paulo Subirá MEDINA, em seu livro *A educação física cuida do corpo e ... "mente"*, dedica um capítulo inteiro sobre o assunto. (p.19-36) Quatro anos mais tarde, em *O brasileiro e seu corpo*, o mesmo autor declara estar

"(...) consciente de que a vanguarda da Educação Física no Brasil está passando por um período por alguns chamado de *ideológico*, ou seja, um período de denúncias, revelações e descobertas do papel que esta área do conhecimento humano vinha e vem desempenhando em favor de um poder hegemônico, dominante, determinante e opressor. Entramos, finalmente, em crise." (p.107)

Sob esta ótica da necessidade da crise, resgata-se o significado e o valor da crise como fonte de impulso para a deflagração de um processo transformador. E explico essa idéia, baseando-me no termo que os chineses utilizam para **crise**, "**wei-ji**", o qual é composto pelos caracteres "**perigo**" e "**oportunidade**". (CAPRA, 1982, p.24) Esta composição me parece perfeita para sintetizar a profunda conexão existente entre **crise** e **mudança**: diante do perigo, o ser humano vê-se impulsionado a buscar novos caminhos, criando a **oportunidade** para **mudanças**.

A crise da educação física é de fato uma realidade. Espero que o **produto** desta crise seja um **processo** contínuo de reflexão profunda e consistente sobre os fundamentos teórico-práticos da

educação física, que permita encontrar caminhos para a superação do enorme abismo existente entre a teoria e a prática, o qual tem gerado uma séria dicotomia entre os conhecimentos e as ações na área. E para que isto ocorra, concordo com MEDINA que à comunidade da educação física

"(...) caberá sistematizar novos conceitos e uma linguagem, dentro de um novo corpo teórico de conhecimentos que, sintonizado com uma prática e a partir dela, forneça os elementos indispensáveis para o surgimento de uma autêntica transformação (revolução) nesta área." (1990, p.107)

A necessidade e a urgência de que a comunidade da área desenvolva estudos sistemáticos, sérios e de qualidade, embasados em novos valores e que possibilitem situá-la com competência na dinâmica da realidade sócio-cultural, é indiscutível.

Intenciono com este estudo colaborar neste **processo**, em especial no que diz respeito ao inter-relacionamento da área da educação física com a do lazer.

Especificamente em relação à abrangência da área da educação física, podemos observar que ela atinge diferentes esferas da atividade social, dentre elas, a esfera do lazer.

Segundo Valter BRACHT, o termo educação física tem sido utilizado no Brasil concomitantemente num sentido **restrito** e num sentido **amplo**. Seu uso em sentido restrito abrangeria as atividades pedagógicas relacionadas à temática do movimento corporal, levado a efeito na instituição escolar. No seu sentido amplo, e de forma inadequada para BRACHT, o termo educação física abrangeria todas as manifestações culturais ligadas à ludomotricidade humana, as quais, no seu conjunto, seriam melhor abarcadas para o autor com termos como cultura corporal

ou cultura de movimento. (1989, p.28) Neste segundo caso, situa-se, dentre outras, a intersecção entre as áreas da educação física e do lazer.

Concordo com BRACHT sobre a falta de clareza terminológica observada no uso do termo educação física, gerando um verdadeiro caos conceitual. Dessa forma, estarei utilizando o termo educação física em sentido amplo, na consideração do seu relacionamento com a área do lazer.

De acordo com MEDINA, podemos constatar que se abre

"(...) um campo de trabalho sem precedentes na história da Educação Física nacional, e que já ultrapassa em muito o âmbito escolar a que basicamente se restringia o licenciado tempos atrás." (1983, p.34)

Outro autor que aborda esta questão da abrangência da educação física, situando o lazer como uma das áreas de atuação do profissional da educação física, é Melo de CARVALHO, que analisando o tema do desenvolvimento e da cultura física, alerta para a necessidade de atividades físicas na sociedade em vários setores da atividade social, incluindo o do "tempo livre"; e dentre três necessidades sociais da prática da cultura física, inclui as "Necessidades de actividades distractivas e recreativas (re-creativas no autêntico sentido do termo)." (s.d., p.56)

E ainda, conforme citado anteriormente, Manuel SÉRGIO distingue a ludomotricidade como uma das áreas da ciência da motricidade humana e Pierre PARLEBAS fala sobre o esporte de lazer como um dos campos de intervenção do profissional da educação física, o que demonstra mais uma vez as possibilidades de interligação entre a educação física e o lazer.

À luz destas considerações, e enfatizando ainda a presença majoritária dos profissionais da educação física, comparativamente a outras áreas, atuando na área do lazer e recreação no Brasil (cf. BRAMANTE, 1988), penso que estamos diante de uma área de atuação que devemos ocupar com seriedade e competência, especialmente no que diz respeito aos interesses físicos no lazer, porém sem perder de vista as possibilidades de atuação em termos de competência geral.

A intersecção entre estas áreas carrega consigo os problemas específicos de cada uma delas. Com relação ao lazer, por estar na maioria das vezes imediatamente associado à diversão e entretenimento, ele é visto comumente como algo supérfluo, um bem de sobremesa, na nossa sociedade onde grande parte da população não desfruta de condições dignas de existência. Neste sentido, estudiosos oriundos de diferentes áreas desconsideraram o lazer como uma área importante de estudo, por não reconhecerem a perspectiva de **desenvolvimento** no lazer e, mais ainda, a sua importância na dinâmica sócio-cultural, como um dos canais viáveis, e privilegiado, para a vivência do componente lúdico da cultura historicamente situada (cf. MARCELLINO, 1990a, p.32), servindo, portanto, como um elemento fundamental de resistência e recusa dos valores da produtividade predominantes em nossa sociedade.

Por outro lado, podemos observar que mesmo quando o lazer é tema de estudo, existe uma carência de seriedade nas análises. Segundo Lilian VALLE, embora o termo lazer tenha ganhado popularidade nos últimos anos no Brasil, "Todo esse sucesso, entretanto, não acompanhou um aprofundamento teórico e crítico da questão, antes ajudou a afastá-la de análises mais sérias." (1988, p.45)

Tomando como ponto de partida o crescimento significativo do número de profissionais da educação física que estão atuando no campo do lazer e a constatação de que

"A existência de poucos estudos rigorosos sobre o fenômeno lazer e recreação no Brasil se repete de forma mais grave no segmento específico de atividades físico-esportivas, quando componentes desse fenômeno" (PRADO, 1988, p.28),

decidi realizar este estudo a respeito da problemática que envolve a atuação do profissional da educação física na área do lazer, em especial no que se refere aos conteúdos culturais do lazer abrangidos pelos interesses físicos (segundo a categorização do sociólogo francês Joffre DUMAZEDIER).

Considero importante acrescentar que não seria possível discutir a problemática referente à **atuação profissional** sem recair na questão da **formação profissional**, dada a estreita relação existente entre os processos de atuação e de formação. No entanto, o tema relativo à formação profissional será tratado de modo superficial neste trabalho, uma vez que sua complexidade exigiria para desenvolvê-lo em profundidade um estudo bastante específico, o qual poderia tranquilamente constituir-se em outra dissertação de mestrado.

Este estudo caracteriza-se como uma combinação entre pesquisa bibliográfica e empírica, com trabalho de campo, tendo como finalidade essencial promover uma reflexão sobre aquilo que a "teoria reflete" e o que a "prática revela".

Com relação à pesquisa empírica, optei pela realização de um **estudo comparativo** entre os setores público e privado da área urbana da cidade de Campinas, a fim de conhecer mais amplamente

o panorama da atual situação na área (ou seja, o que está sendo feito, como se desenvolve e com base em quais valores) através da verificação de como tem se dado comparativamente a atuação do profissional da educação física no interior destas duas iniciativas.

Os locais selecionados para a pesquisa foram Praças de Esporte da Prefeitura Municipal de Campinas e Clubes Particulares. É preciso ressaltar que o setor privado em estudo não possui finalidade econômica, fato este que coloca em questão a sua caracterização enquanto privado. Por outro lado, o critério de acessibilidade da clientela não permite caracterizá-lo como público, uma vez que apenas os associados aos Clubes têm acesso a eles. Apesar dessa limitação de classificação, mantereí a categorização de setor privado para os Clubes Particulares, levando em conta essencialmente o critério de acessibilidade da clientela. Outro ponto importante a ser destacado é que dentro da iniciativa privada, a atuação dos Clubes Particulares se assemelha a das Praças de Esporte (as quais poderiam ser consideradas "Clubes Populares"), o que viabiliza desenvolver um estudo de natureza comparativa.

Os principais questionamentos que nortearam o trabalho de campo foram os seguintes:

- Como vem se desenvolvendo o trabalho dos professores nestas instituições?
- Quais diferenças e semelhanças podemos verificar entre os setores público e privado?
- A atuação dos professores tem se dado, ou não, na perspectiva do animador cultural?

Não pretendo com este trabalho trazer respostas prontas e fechadas sobre o tema investigado, mas, ao contrário, a partir das reflexões aqui apresentadas, **abrir um diálogo** acerca da atuação do profissional da educação física na área do lazer.

Capítulo I

SINTONIZANDO O DIÁLOGO

Os estudos desenvolvidos na área do lazer demonstram como é vasta a diversidade de enfoques a respeito do entendimento do que vem a ser o lazer e de como esse fenômeno tem se manifestado nas sociedades contemporâneas.

Em função dessa diversidade, julgo importante neste momento, em que pretendo sintonizar o diálogo com o leitor, explicitar em que sentido o lazer está sendo compreendido, quais aspectos influenciam a sua vivência e, de modo mais enfático, qual o significado da atuação profissional nesta área, em especial do profissional da educação física na perspectiva do animador cultural.

I.1 - Concepção de Lazer

Embora possamos encontrar autores que diferenciam os termos **lazer** e **recreação**, neste estudo não será feita tal diferenciação, pois acredito que isto requereria um aprofundamento terminológico e conceitual não pertinente aos meus propósitos. No entanto, utilizarei preferencialmente o termo **lazer**, pois além de ter me embasado sobretudo em autores que o utilizam, considero que esta terminologia abarca mais amplamente o significado deste fenômeno sócio-cultural.

Segundo o sociólogo Nelson Carvalho MARCELLINO, com relação ao conceito de lazer, podemos distinguir duas grandes linhas nas quais se situam os estudiosos do lazer, caracterizadas

pela ênfase dada ao aspecto **atitude** (lazer como estilo de vida) ou ao aspecto **tempo** (lazer como o conjunto de ocupações desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou de outras ocupações, como por exemplo, familiares, sociais, religiosas - considerado como **tempo livre**). (1987, p.28-29) Embora exista polêmica a este respeito, o autor afirma que "(...) a tendência que se verifica na atualidade, entre os estudiosos do lazer, é no sentido de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos - tempo e atitude. " (1987, p.31)

No Brasil, apesar de se observar tendências que se referem a estas duas correntes, o conceito de lazer do sociólogo francês Joffre DUMAZEDIER, considerando-o como

"(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais" (DUMAZEDIER, 1976, p.34),

é o principal critério de referência dos estudiosos, seja qual for a área de atuação. (cf. MARCELLINO, 1987, p.29-30)

Este conceito de DUMAZEDIER, ao caracterizar o lazer como um **conjunto de atividades** realizadas pelas pessoas quando liberadas de suas obrigações, não abrange todo o seu significado enquanto fenômeno sócio-cultural.

Maria Isabel FALEIROS, no texto "Repensando o lazer", tece várias considerações acerca desta definição de DUMAZEDIER e do conjunto de sua análise, fazendo críticas bastante

pertinentes sobre a questão. A autora afirma que "Buscando esgotar todas as implicações do que considera lazer, Dumazedier não consegue apanhar a dinâmica social que permite essas manifestações." (p.52) e que "(...) no conjunto sua análise fica limitada às funções que as atividades de lazer preenchem ou podem vir a preencher." (p.53)

Refletindo sobre diferentes aspectos dos estudos do sociólogo francês em sua busca para estabelecer uma sociologia empírica do lazer, FALEIROS considera que este autor adota uma abordagem funcionalista a qual não possibilita encontrar os mecanismos fundamentais responsáveis pelas diversas manifestações do lazer, o que a torna uma abordagem insatisfatória. Assevera ainda, que

"Seu conceito se identifica com um invólucro vazio para ser preenchido com as atividades que são desenvolvidas em função de determinadas necessidades, desde que realizadas distintamente de certas obrigações institucionalizadas. Esse conceito de lazer, desprovido de caráter histórico, parece buscar o seu conteúdo organizando o mundo da aparência." (p.61)

Mesmo concordando com estas críticas de FALEIROS, penso que a categorização estabelecida por DUMAZEDIER, pelo fato de ser a mais ampla e completa dentre as existentes, pode colaborar significativamente como ponto de referência à elaboração e implementação de ações na área do lazer. É a partir destas considerações que esta categorização estará sendo utilizada neste trabalho.

Com relação aos conteúdos culturais do lazer, Joffre DUMAZEDIER os distingue segundo os interesses predominantes dos indivíduos quando buscam as atividades e salienta cinco

categorias: interesses físicos, práticos ou manuais, artísticos, intelectuais e sociais. (1980a, p.110) (1) É preciso ter claro que estas subdivisões têm fins puramente didáticos para a classificação das atividades e somente possuem significado se compreendidas de forma articulada; ou seja, existe predominância e não exclusão nos interesses. As atividades humanas não podem ser subdivididas em "físicas, manuais, artísticas, intelectuais e sociais" de forma estanque, porque o próprio ser humano não se restringe a apenas um destes interesses, mesmo quando está mergulhado em um deles.

Em se tratando de uma pesquisa sobre o profissional da educação física atuando na área do lazer, deve-se considerar que os interesses físicos estarão em evidência. Pelas razões anteriormente mencionadas, isto não significa, de forma alguma, que os outros interesses no lazer não devam ser contemplados, até mesmo porque contrariaria profundamente a visão de totalidade pretendida neste estudo.

Os conteúdos culturais do lazer, relacionados aos interesses físicos, "(...) se manifestam através de práticas esportivas e de atividades onde prevalece algum tipo de exercício físico, a exemplo de passeios, ginástica, camping, etc." (DUMAZEDIER, 1980b, p.26) Nesses interesses "Busca-se novas relações com a natureza, como reação às condições de trabalho e convivência nos grandes aglomerados urbanos, ou a superação dos limites do próprio corpo." (MARCELLINO, 1983a, p.42-43)

A este respeito, A.C.PRADO fala dos interesses físico-esportivos no lazer como

"(...) um dos segmentos do conjunto de interesses do lazer e recreação. São atividades de predominância motora, voluntárias e de tempo livre, entendidas como elemento da cultura que podem ser desenvolvidas através de jogos, esportes, danças e ginásticas. Podem ser organizados em meios naturais (rios, praias, etc.) ou técnicos (ginásios, pistas, etc.) a partir da iniciativa espontânea e voluntária de indivíduos e grupo, ou da intervenção planejada e profissional das Instituições públicas e privadas." (1988, p.9)

No caso deste estudo, estarei enfocando estes interesses a partir da intervenção planejada e profissional de instituições públicas e privadas.

Buscando uma mensuração qualitativa do lazer, DUMAZEDIER propõe uma análise dos conteúdos em dimensões de: atividades, gêneros e níveis, sendo as atividades - inventário de atividades a serem realizadas; os gêneros - prático, conhecimento e consumo; e os níveis - elementar ou conformista, médio ou crítico e superior ou criativo. (1980b, p.71-75)

Considero bastante interessantes estas dimensões, entretanto, não ficaram suficientemente claras para mim as diferenças, em termos de vivência no lazer, entre o gênero do conhecimento e os conteúdos culturais do lazer abrangidos pelos interesses intelectuais. A título de exemplo: o tema futebol pode ser classificado como um conteúdo cultural abrangido pelos interesses físicos. Durante o seu lazer, um indivíduo pode jogar futebol (gênero da prática), pode assistir a um jogo (gênero do consumo) e pode ler um livro sobre futebol (gênero do conhecimento). Nesta terceira possibilidade, em que há predomínio de uma atividade intelectual, podemos caracterizar esta vivência como uma atividade relacionada aos interesses intelectuais no lazer, sendo que esta caracterização pode ser

feita sempre que o gênero do conhecimento estiver em evidência. Neste sentido, não há uma diferenciação clara entre estes elementos, embora eles pertençam a níveis diferentes de categorização.

Retornando à crítica ao conceito de lazer de DUMAZEDIER, podemos observar que, diferentemente deste autor, MARCELLINO extrapola a compreensão do lazer apenas enquanto um conjunto de atividades ao caracterizá-lo na sociedade contemporânea

"(...) como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no 'tempo disponível'. O importante, como traço definidor, é o caráter 'desinteressado' dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação."
(1987, p.31)

E ressalta ainda que os efeitos básicos do lazer são: descanso, divertimento e desenvolvimento. Nesta perspectiva, considerando o lazer como a **cultura** vivenciada no "tempo disponível", a dimensão sócio-cultural do fenômeno lazer é recuperada e colocada em evidência. E isto pode ser verificado ainda mais claramente através do desdobramento desta concepção.

Especificamente quanto ao aspecto tempo, a caracterização "tempo disponível", ao invés de "tempo livre", vem da idéia de que "(...) tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social." (1987, p.29) Julgo este posicionamento bastante pertinente, pois não vejo sentido em se pensar o tempo vivido pelo ser humano, desconectado ("livre") das influências do contexto de sua vida em sociedade.

Com relação à noção de cultura - no seu sentido mais amplo, outro aspecto de fundamental relevância no conceito de

MARCELLINO, esta significa que "Todo ser humano, ao vir ao mundo, encontra-se no interior de uma complicada trama de formas, costumes, sons de linguagem, sistemas relacionais e instituições" (MORAIS, 1991, p.6), que configura a cultura - primeira herança que recebemos ao nascer. Em outras palavras, Carmem MACEDO refere-se à cultura como um

"(...) conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve" (in Edênio VALLE, 1984, p.35).

E José G.C. MAGNANI adverte que "(...) a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espaço social determinado." (1984, P.18-19)

Como nos lembra Paulo FREIRE,

"Seres históricos, inseridos no tempo e não imersos nele, os seres humanos se movem no mundo, capazes de optar, de decidir, de valorar. Têm o sentido do projeto, em contraste com os outros animais, mesmo quando estes vão além de uma rotina puramente instintiva." (1987, p.43)

E, enquanto projeto, a construção da realidade realiza-se por meio de um processo dialético de interação do ser humano com a natureza e com os outros, produzindo a cultura, a história, a vida.

Diferentemente dos outros animais, cuja existência já vem determinada pelo código genético que os acompanha ao nascer, o ser humano cria a sua existência através de uma interação com a natureza, modificando-a em função de suas necessidades de sobrevivência. Essa interação é condicionada simultaneamente

pelos limites de intervenção que a natureza impõe ao homem e pela capacidade criadora, imaginativa, da atuação humana.

Contudo, as necessidades humanas extrapolam as suas necessidades orgânicas imediatas de sobrevivência, tornando-o o ser mais carente de todos os outros do planeta. E dentre todas as carências humanas, a mais severa e radical é a de **sentido** para o viver:

"Os animais são totalmente pragmáticos. Produzem com o intuito de sobreviver. O homem, contudo, ultrapassou este nível. Ao lado da sobrevivência, precisa construir um mundo que faça sentido. Por isso criou a **cultura**."
(ALVES, 1987, p.163) (grifo meu)

Dialogando com o mundo - interagindo com a natureza, com os outros e consigo mesmo, nessa incessante ânsia para encontrar o **sentido** da existência, o ser humano descobre que é ele que cria e dá sentido ao seu viver. E neste processo de busca, vai "escrevendo" o seu discurso - **construindo a sua cultura**-, o qual se revela nas inúmeras formas de expressão humana: na religião, na arte, na filosofia, na ciência e na tecnologia.

O **discurso humano** não pode ser o mesmo para todos os povos, porque cada povo (e especialmente cada grupo social ou cada indivíduo que nele vive) cria um modo peculiar de interagir com as condições existenciais nas quais está mergulhado (influenciando e sendo influenciado por elas), gerando uma complexa rede de relações que caracterizam a sua **cultura** - a sua maneira de existir, de se expressar, de encontrar sentido, de se relacionar com o mundo, enfim, de criar a vida.

"A música que me faz rir ou chorar, a comida que me dá prazer ou indigestão, o contato que me produz alegria ou tristeza: tudo isto está relacionado às minhas raízes culturais, às

minhas aspirações e àquelas formas específicas de sentir a vida que são peculiares à cultura à qual pertença." (ALVES, 1987, p.170)

Não se pode conceber o processo de criação das diferentes culturas sem considerar que este se desenvolve inserido numa complexa rede de **relações de poder** (dentro de cada sociedade e entre as diferentes sociedades) que orientam as diversas formas de interação dos seres humanos entre si e com a natureza.

Marilena CHAÚÍ, tratando sobre as relações entre cultura, socialismo e democracia, fala sobre uma visão múltipla de cultura que a compreenda

"(...) como aquilo que constitui um campo de símbolos, de valores e de comportamentos diferenciados no interior da sociedade, diferença produzida seja pela divisão social das classes seja pela pluralidade dos grupos e movimentos sociais." (1989b, p.52)

Neste sentido, a partir da consideração da divisão de classes presente na sociedade - enquanto fruto das relações de poder que são estabelecidas no processo de construção das sociedades e de criação das diferentes culturas-, não podemos pensar a cultura como uma entidade universal, única; ao contrário, em função da sociedade de classes, surge a idéia de "divisão cultural" no interior da sociedade. E

"Essa divisão recebe nomes diversificados: pode-se falar em cultura dominada e cultura dominante, em cultura opressora e cultura oprimida, como se pode falar em cultura de elite e cultura popular." (CHAÚÍ, 1989b, p.51)

E ainda, segundo Marilena CHAÚÍ, embora não se trate de conceitos tranquilos, a partir das análises de ideologia, a cultura dominante

"É o lugar a partir do qual o exercício da dominação política, da exploração econômica e da exclusão social se realiza; e a cultura popular também se torna mais nítida a partir desse lugar, isto é, ela é aquilo que é possível ser elaborado pelas classes populares e, em particular pela classe trabalhadora segundo o que se faz no pólo da dominação."
(1989b, p.51)

Essas considerações têm o objetivo de enfatizar a idéia de que não há possibilidade de se conceber o processo de criação da cultura sem levar em conta a complexa rede de relações de poder existente no interior de cada sociedade (e também no intercâmbio entre as diferentes sociedades) responsável pela divisão social de classes, pela pluralidade dos grupos e movimentos sociais e, conseqüentemente, pela configuração de culturas diferenciadas.

À luz das reflexões anteriores sobre cultura, num esforço para sintetizá-las, eu diria que a cultura - no seu sentido mais amplo -, caracteriza-se como o conjunto de expressões humanas nascidas do processo de construção coletiva criativa da existência social, que é fruto do diálogo humano com o seu universo existencial, universo este que se manifesta concretamente na sociedade a partir das relações de poder travadas no confronto entre os diversos grupos da sociedade.

A concepção de lazer embasadora deste estudo está, portanto, orientada na perspectiva apontada por MARCELLINO, ou seja: como a cultura - no seu sentido mais amplo -, vivenciada no "tempo disponível" das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude (cf. MARCELLINO, 1983a e 1987). Justifico esta opção, pois acredito que este conceito possibilita, conforme explicitado

anteriormente, compreender o lazer em toda sua dimensão e significado sócio-cultural.

Heloísa T. BRUHNS, nesta mesma direção, também considera que o lazer deve ser compreendido de forma ampla, como a cultura vivenciada no "tempo disponível" e destaca a importância de enfocá-lo dentro de uma análise da dinâmica cultural:

"O lazer, como fenômeno estreitamente relacionado com o processo de urbanização, deve ser analisado, tendo como parâmetro sua inserção na análise da dinâmica cultural da sociedade moderna." (1991, p.65)

Gostaria de ressaltar que Marilena CHAUI, quando aborda a questão da cultura sob o prisma e os critérios do mercado, argumentando que a lógica do consumo e os padrões de mercado pretendem reduzir a cultura à condição de instante de lazer, diversão e entretenimento (caracterizando um "mercado cultural") (1989b e 1990), demonstra, ao meu ver, uma concepção equivocada sobre o lazer ao identificá-lo simplesmente como sinônimo de passatempo, diversão, espetáculo, repouso e entretenimento. Em vários momentos a autora utiliza esta associação direta afirmando ainda, que se garante, sob a ótica do "mercado cultural", que a cultura seja supérflua, uma sobre-mesa, num país onde os direitos básicos não foram atendidos, dando a entender que o lazer é algo supérfluo na nossa sociedade.

Apesar de concordar com a argumentação de CHAUI sobre as relações existentes entre os critérios do mercado e a redução da cultura a instante de diversão e entretenimento tão somente, discordo fortemente de sua visão, no meu entender, simplista a respeito do lazer.

No que se refere ao surgimento do fenômeno lazer, MARCELLINO afirma que sua gestação

"(...) como esfera própria e concreta, dá-se, paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que acentuam a divisão do trabalho e a alienação do homem do seu processo e do seu produto. O lazer é resultado dessa nova situação histórica - o progresso tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Nesse aspecto, surge como resposta a reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação da força de trabalho." (1983a, p.14).

Esse ponto fundamental, somado a outros aspectos surgidos em função das transformações sócio-culturais da sociedade urbano-industrial, configuram a situação propícia ao aparecimento do lazer. É importante considerar que no Brasil, o processo de industrialização, e conseqüentemente de urbanização, só vem se consolidando há algumas décadas, sendo que a caracterização da sociedade brasileira como predominantemente urbana começa a aparecer apenas nas décadas de 70 e 80. (cf. MARCELLINO, 1983a, p.21)

Na minha opinião, uma abordagem sobre o lazer que se pretenda rigorosa e consistente, necessita compreendê-lo como um fenômeno gerado historicamente, no bojo de um contexto sócio-cultural específico.

Tratando sobre a questão do lazer como resistência, Lilian do VALLE diz que

"Espaço de criação de bens e valores culturais, o lazer possui uma lógica própria que, ainda que se contrapondo à lógica da produção

material da sociedade, a ela permanece intimamente relacionada." (1988, p.48)

Neste sentido, o lazer, enquanto fenômeno sócio-cultural, manifesta-se intimamente interligado com as outras esferas da sociedade e, portanto, ao mesmo tempo em que está sofrendo influências, também as exerce sobre a dinâmica do movimento social. Assim entendido, o lazer pode ser tanto um espaço para a manutenção da estrutura social vigente, quanto um canal viável para uma ação cultural que colabore junto às demais esferas de atuação humana para a transformação das condições indesejáveis de vida da nossa sociedade. Neste estudo, estarei considerando esta segunda perspectiva.

Apesar de todo controle social observado no campo do lazer, não há como negar que, como afirma MAGNANI, neste espaço "(...) as possibilidades de criação e escolha são, com certeza, maiores que as existentes numa linha de montagem (...)". (1984, p.171) Daí a importância e significado sócio-cultural do lazer, enquanto um canal viável para a vivência do componente lúdico da cultura. Segundo MARCELLINO, embora possamos concordar com a distinção de alguns autores

"(...) entre a esfera de manifestação lúdica, caracterizada pela criação contínua e ininterrupta, e a do lazer, marcada pela permissão e controle social (...), é possível entender o componente lúdico da cultura com possibilidade de se manifestar concretamente, enquanto produto e processo, num campo específico de atividade - o lazer." (1990a, p.32)

Não pretendo com estas considerações, conferir ao lazer a função de "panacéia" para todos os males, pois seria uma posição profundamente ingênua e equivocada. Minha intenção é reconhecer sua importância como espaço privilegiado, porém não

o único, para a vivência do lúdico - componente da cultura historicamente situada-, cujo caráter de abrangência enquanto manifestação, não permite restringí-lo a apenas uma esfera determinada de atividades. Viver o lúdico no contexto de uma sociedade de características urbano-industriais como a nossa, onde, portanto, os valores da produtividade são exaltados ao extremo, sendo considerado importante somente aquilo que traz benefícios "úteis" imediatos, é certamente uma ação contestadora e facilitadora para a gestação de novos valores.

Outra questão significativa para a compreensão do lazer numa perspectiva crítica, diz respeito à consideração de sua especificidade, sem perder de vista a abrangência da problemática que envolve o lazer no seu relacionamento dialético com os demais setores da sociedade.

MARCELLINO aprofunda esta questão no texto "O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar", referindo-se ao que denomina "especificidade concreta" (o lazer como um componente da cultura historicamente situada) e "especificidade abstrata" (o lazer entendido "em si mesmo", de forma isolada, nessa ou naquela atividade), deixando clara sua opção pelo entendimento do lazer em sua "especificidade concreta", o que quer dizer

"(...) o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração de seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras sócio-culturais verificadas para o seu efetivo exercício, tanto intra-classes como inter-classes sociais."
(p.315)

Conforme explicitado anteriormente, acredito na possibilidade do lazer enquanto um canal viável de transformação e penso que esta possibilidade pode se tornar tanto mais realidade na medida em que o lazer seja compreendido de forma abrangente e em sua "especificidade concreta". E esta compreensão passa necessariamente pela consideração das barreiras sócio-culturais existentes para a vivência do lazer.

I.2 - Barreiras à Vivência do Lazer:

tempo, espaço e informação

A vivência do lazer em toda sua amplitude de possibilidades, o que significa a "(...) apropriação do lazer enquanto atitudes ativas, balanceando diversão, repouso, criticidade e criatividade" (MARCELLINO, 1983a, p.49), está sujeita a uma série de interferências do contexto sócio-cultural, as quais configuram várias barreiras a esta vivência.

Para A.C.PRADO, dentre os fatores que limitam a participação real da população nos programas de lazer, estão:

"(...) elasticidade de renda, elasticidade de tempo livre, o estatuto de sócio ou filiado em determinadas instituições e o potencial da oferta de equipamentos e programas implementados pelo poder público." (1988, p.35)

De acordo com MARCELLINO, podemos observar um conjunto de barreiras à vivência do lazer, ao qual denominou todo inibidor,

caracterizado por: sexo, faixa etária, esteriótipos, tempo e o espaço, tendo como pano de fundo o fator econômico. (1983a, p.49-56)

A ocorrência destas barreiras precisa ser compreendida levando-se em conta as ligações existentes entre os diferentes pontos que compõe esta problemática. Assim relacionados, podemos observar mais nitidamente o conjunto no seu processo concreto de manifestação.

Aprofundarei alguns destes aspectos, sempre tendo como ponto de referência que eles estão inseridos num contexto sócio-cultural em que o fator econômico possui relevância indiscutível enquanto facilitador e propiciador de uma vivência do lazer com maior amplitude de possibilidades. No entanto, enquanto facilitador, o fator econômico possibilita às pessoas a busca de um lazer mais completo (principalmente numa sociedade onde se paga para tudo), mas não garante por si só plenitude na sua vivência.

Especificamente quanto à barreira espacial, MARCELLINO considera que:

"Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço (...); para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível (...); em termos da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano" (1983a, p.57);

caracterizado como um espaço violento, extremamente hostil à vida.

A questão do espaço na esfera socio-cultural é abordada por José G.C. MAGNANI, no seu livro *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. O seu estudo, conforme menciona Ruth CARDOSO no prefácio do livro, trata de questões relativas ao gosto, à cultura e ao lazer popular, buscando resgatar a importância da consideração das atividades cotidianas como referencial necessário à compreensão das manifestações culturais de um grupo social que, vivendo nos "pedacos", desfruta de uma experiência fundamental de criação de identidades locais.

Com relação ao "pedaco", MAGNANI destaca dois elementos básicos correspondentes que o compõe: a- um **componente de ordem espacial**; b- uma **determinada rede de relações**. E

"(...) é no espaço regido por tais relações onde se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção - onde se tece, enfim, a trama do cotidiano." (p.140) (grifo meu)

Nesta perspectiva, a noção de espaço extrapola sua compreensão apenas enquanto área física, o que camuflaria os diversos elementos que estão a ele associados e nele interferem diretamente.

Este mesmo autor, procurando uma classificação das formas de entretenimento, propõe como primeira tentativa, classificá-las a partir da oposição **casa x fora de casa** - "pedaco" ou "fora do pedaco". (p.142)

Sobre este assunto, Roberto DaMATTA, em seu livro *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, ao caracterizar a sociedade, não como um conjunto de indivíduos, mas como "(...) uma entidade que se faz e se refaz através de um sistema complexo de relações sociais" (p.14), apresenta a **casa**

e a rua (casa e fora de casa para MAGNANI), como duas "categorias sociológicas" fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira de forma globalizada, alertando para o cuidado e importância de se estudar aquilo que está "entre" as coisas, sem esvaziar as contradições, ou seja, "Vislumbrando a relação como um valor e como uma positividade, pode-se enxergar muito melhor a natureza da própria oposição." (p.27)

Para o autor, estas categorias designam entidades morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados, capazes de gerar emoções, reações, leis, orações, músicas, imagens, entre outras manifestações culturais, dentre as quais destaque o lazer. Enquanto o código da casa se apresenta fundado na família, na pessoa e no compadrio, o código da rua mostra-se baseado em leis universais, numa burocracia antiga e ancorada entre nós, num formalismo jurídico-legal absurdo. Para o autor, descobrir as conexões existentes entre os dois códigos "(...) é ter que estudar a sociedade brasileira de modo aberto, sendo capaz de captá-la em seu movimento. E o seu movimento é sempre no sentido da relação e da conexão." (p.26)

Em um dos capítulos do seu livro (p.31-69), DaMATTA, analisando mais intensamente a questão do espaço, afirma ainda que é preciso compreender a sociedade com sua rede de relações sociais e valores, para poder interpretar como o espaço é concebido, o que significa que ele existe sempre interligado, "embebido", com outros valores que servem de orientação geral e é demarcado quando se estabelecem fronteiras. Segundo o autor, o tempo e o espaço são invenções sociais profundamente interligadas que constroem e são construídas pela sociedade.

De acordo com estas reflexões, tempo e espaço estão sendo considerados neste estudo como entidades que se manifestam

concretamente na sociedade, imersas em sua rede de relações.

Tempo e espaço "disponíveis" se somam para possibilitar junto a outros fatores uma vivência plena do lazer. Conquistá-los, consiste numa tarefa árdua em nossa sociedade, na qual a escassez de tempo e espaço para o lazer aumenta gradativamente, principalmente para aqueles que não detém o poder econômico. Apesar disso, a população vai criando seus "pedaços", arranjando "tempo disponível", para desfrutar seu "lazer em migalhas".

Além dos aspectos anteriormente citados, eu ressaltaria a ausência de informação, como outra barreira marcante a uma vivência plena do lazer, de grande importância.

A informação, ou seja, estar informado é, sem dúvida, a condição básica para que se possa participar - conhecer, refletir, discutir e opinar sobre determinada situação, enquanto sujeito histórico e não como "coisa manipulável". Neste sentido, Fernando H. CARDOSO salienta que "O primeiro passo para que se possa realmente fazer algo mais sólido na direção da participação é aumentar o grau de informação" (1985, p.64-65), e que

"(...) temos que dar mais informações, para que a massa demande mais, sem o que não há participação, pode haver uma manipulação (...) Sem informação, a participação visa à manipulação." (1985, p.66-67)

Sob esta ótica, para uma vivência plena do lazer, onde as pessoas o desfrutem enquanto sujeitos participativos, a informação consiste num elemento indispensável e, de certa forma, decisivo neste processo. Retomarei a questão da informação mais à frente, ainda neste capítulo.

As barreiras na vivência do lazer, enquanto fruto de uma série de interferências do contexto sócio-cultural, tornam-se mais ou menos acentuadas dependendo desse contexto. Acredito que a atuação profissional na área do lazer, levando-se em conta os seus limites de intervenção nesse contexto, pode contribuir significativamente para a minimização dos efeitos indesejáveis dessas barreiras, particularmente em relação ao problema da desinformação que permeia a vivência do lazer ou, ao contrário, pode se desenvolver no sentido de acentuar estas barreiras.

I.3 - Atuação Profissional no Lazer

A problemática referente à atuação profissional no lazer, especificamente do profissional da educação física, consiste na preocupação central deste estudo.

A concepção de lazer adotada neste trabalho considera o **desenvolvimento** como um dos efeitos básicos do lazer. Justamente neste ponto - e salientando ainda o conjunto de barreiras à vivência do lazer - destaca-se a importância e o especial significado da existência de uma ação profissional qualificada para atuar na área.

A este respeito, Dante SILVESTRE NETO, no texto "Quem é o animador cultural", após afirmar que a crescente importância do lazer nos centros urbanos aponta para a necessidade de multiplicação de equipamentos para a sua vivência, ressalta que a isto deve se associar necessariamente, um **sistema de animação cultural** eficiente para que a "função" de desenvolvimento do lazer, e não apenas as "funções" de descanso e divertimento,

seja garantida. Essa garantia apontada por SILVESTRE NETO precisa ser relativizada com o ônus de não reconhecemos os limites da intervenção profissional na complexidade do contexto em que ela se insere, bem como os riscos presentes na atuação de especialistas na área do lazer.

I.3.1 - Os riscos na atuação de especialistas em lazer

Marilena CHAUI discute vários problemas referentes à atuação de especialistas na sociedade, examinando com profundidade a ciência contemporânea como elemento de intimidação sócio-política, através da noção de competência (a qual poderia ser resumida no refrão "Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar e sob qualquer circunstância." (1989a, p.58)). Admite que a vulgarização e banalização dos recursos científicos têm como objetivo interpor a fala do especialista - o "competente" - entre a experiência real de cada um e a sua vida, tornando-o (especialista) essencialmente necessário ao sistema. Desta maneira, as "(...) múltiplas falas de especialistas competentes geram o sentimento individual e coletivo da incompetência, arma poderosa de dominação." (idem) Isto significa que as pessoas ficam "desincumbidas" de obter informações adequadas para agir na sociedade pois, os especialistas são os "encarregados" de tomar as decisões e as tomarão, certamente, segundo os interesses da ideologia dominante.

O grande risco que se observa nesta exarcebação e distorção da atuação do especialista é o do incentivo à não participação

dos "não especialistas" (ou seja, dos comuns, da população em geral) em decisões fundamentais de interesse da sociedade, delegando-as aos grupos monopolizadores do saber: especialistas, técnicos.

Sobre este assunto, Fernando Henrique CARDOSO, falando a respeito do desafio da participação (1985, p.47-69), afirma o seguinte:

"Não acredito que numa sociedade do tipo da nossa, industrializada e de massa, seja possível extrair tanto nestes setores de participação, sem que exista, simultaneamente, uma vontade dos setores técnicos de não usarem o seu monopólio do saber. A tendência natural (2) é de usar o monopólio do saber, é de mistificar, dizer: 'não, eu sei, eu sou responsável'. Acredito, portanto, que seja preciso politizar a questão técnica." (p.68) (grifo meu)

E ainda, quanto ao monopólio da técnica, do saber, diz que, "Em última análise, o monopólio do saber vira poder e esse poder se transforma em relação financeira, econômica." (p.61)

Outro aspecto fundamental, ressaltado por Marilena CHAUI sobre esta problemática, refere-se à separação existente entre os que "pensam" e os que "executam" determinada ação na sociedade. A autora afirma que

"O ponto de apoio da dominação contemporânea, sob a forma da administração burocrática ou da Organização, é a separação entre direção e execução operada em todas as esferas da vida social (da economia ao lazer), passando pelas instituições sociais como a escola, o hospital, o espaço urbano, os transportes, as organizações partidárias, até o núcleo da produção cultural." (1989a, p.68) (grifo meu)

Estas considerações, ao meu ver, não têm por objetivo negar a importância dos técnicos, dos especialistas em nossa sociedade. Em função do desenvolvimento do saber, não podemos conceber que todas as pessoas possam conhecer em profundidade todo o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, de maneira geral, e, particularmente, por cada sociedade. Daí a necessidade e relevância dos especialistas. O que se pretende é questionar o modo como vem ocorrendo a ação do especialista em nossa sociedade, marcadamente alienante, e por que não dizer, opressora, uma vez que permeando sua competência, seu saber, está presente a ideologia do domínio do poder pela manipulação da informação.

Especialmente, no que se refere aos riscos na ação de especialistas em lazer, MARCELLINO diz que estes "(...) incluem os mesmos que envolvem os de outras áreas ou campos de atuação, com agravantes, derivados da própria natureza das atividades de lazer." (1987, p.91) Do seu ponto de vista, há uma série de riscos derivados

"(...) da forma como se processa a educação para o lazer. Orientada por valores conservadores, 'compensatórios', 'moralistas', ou 'utilitaristas', centra-se em conteúdo, não levando em conta a idéia do processo de fruição, mas privilegiando o produto. Dessa forma, reflete e reforça a ideologia dominante." (1987, p.92-93)

E questiona o fato destes riscos poderem descaracterizar completamente as atividades de lazer: "Até que ponto as atividades oferecidas no lazer, não significam exatamente a sua negação?" (1988)

Esta é uma questão bastante delicada e que carece de uma constante atenção no sentido de que o especialista em lazer não

tome decisões sobre o lazer da população, de forma paternalista, fornecendo respostas prontas às "suas" necessidades, sem que haja uma interação com a população que permita descobrir seus verdadeiros anseios.

Sobre isto, Heloísa T. BRUHNS, no texto "A proposta 'carente' de lazer x o espaço de lazer dos 'carentes'", escreve que em relação aos agentes culturais e sua atuação junto às "classes carentes", "O agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último". (p.213) Esta crença demonstra uma pretensão, até certo ponto, onipotente da ação dos agentes. Para BRUHNS, ao contrário, os agentes devem compartilhar "(...) das atividades relacionadas com o modo de vida das pessoas, não impondo modelos estabelecidos de uma racionalidade diferente daquela pertinente às classes 'carentes'". (p.212-213)

É evidente que qualquer imposição implica em dominação; somente a troca, o compartilhar, o diálogo, podem gerar uma relação de crescimento que se distancie cada vez mais dos riscos da dominação e da alienação. O que deve ser buscado é um equilíbrio na tomada de decisões que considerem simultaneamente aquilo que a população deseja e o que o especialista pretende na sua ação, tomando o cuidado para não incorrerem no risco oposto do "populismo pedagógico" onde o profissional restringe a sua ação aos anseios da clientela.

Em resumo, podemos constatar os seguintes riscos na atuação profissional no lazer: - direcionamento das atividades, encorajando práticas tradicionais ou contribuindo para reforçar valores da ideologia dominante, usando como recurso as

sondagens, na falácia de "dar ao povo o que ele quer", deixando de lado o papel pedagógico da animação; - os famosos "pacotes" de lazer, preparados nos gabinetes para serem consumidos, não possibilitando a participação efetiva das pessoas na produção do seu lazer; - a ação isolada e restrita a um dos conteúdos culturais do lazer, não levando em conta os demais conteúdos, como também, as outras esferas da atividade; - o risco derivado da visão "moralista" do lazer, considerando-o como faca de dois gumes que oportuniza também a vivência de valores "negativos", transformando o animador numa espécie de censor de manifestações culturais; - a tendência do animador em valorizar as suas preferências por setores culturais e por gêneros; e - decorrente da ação institucionalizada dos animadores, os riscos onde a participação ocorre em função de projetos de interesse institucional, pela persuasão, perdendo, desta forma, as características do processo de animação. (cf. MARCELLINO, 1986, p.64)

Os vários riscos existentes na atuação de especialistas em geral e, de modo específico, do especialista em lazer, precisam ser considerados para que eles possam ser evitados ou, no mínimo, atenuados.

O especialista em lazer tem recebido várias denominações, dentre elas a de **animador cultural**, cujas características e perspectiva de atuação no lazer me parecem as mais adequadas para que estes riscos sejam pelo menos minimizados.

I.3.2 - O animador cultural

Após revisão crítica de diferentes autores que apontam características sobre os profissionais que atuam de maneira especializada na recreação e lazer, dentre eles, Lênea GAELZER ("líder recreacional"), Ethel Bauzer MEDEIROS ("aconselhador em lazer") e David RIESMAN ("consultores de lazer"), MARCELLINO se refere ao animador cultural como a denominação mais comumente utilizada. (1987, p.87-93)

A caracterização profissional que mais se adequa à visão que orienta este estudo é a do animador cultural. No entanto, a utilização desta terminologia tem ocorrido em vários sentidos, dependendo de cada autor, sendo que neste trabalho procurei me embasar sobretudo nos estudiosos que compreendem a atuação do animador cultural inserida num contexto mais amplo de transformação da sociedade, via participação cultural.

Esta opção se justifica pois acredito que a área do lazer (de acordo com as concepções explicitadas anteriormente, no item I.1 - Concepção de Lazer) pode e deve contribuir neste processo de transformação, o qual depende, em grande parte, da ação realizada pelos especialistas da área, os animadores culturais.

Nesta direção, MARCELLINO considera que a animação cultural caracteriza-se como

"(...) a atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência social que os impele a querer difundir esse seu bem cultural" (1986, p.61),

o que significa que a ação dos animadores deve estar alicerçada "(...) na competência técnica, na vontade social e no compromisso político com a mudança da situação nos planos cultural e social." (idem)

Melo de CARVALHO, no seu livro *Cultura Física e Desenvolvimento*, também aborda este assunto e para ele a animação sócio-cultural (terminologia recentemente incorporada ao mundo da cultura e da ação social) deve ser considerada como a metodologia que viabiliza a estreita unificação entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento cultural, única maneira do indivíduo poder se situar lucidamente no mundo e nele construir o caminho que lhe é próprio. (3)

Para este autor, a animação refere-se a uma formação que se realiza essencialmente durante o tempo livre das pessoas, ou em situações que contemplem as características essenciais das atividades de tempo livre:

"(...) adesão livre e espontânea do indivíduo, liberdade de escolha do comportamento a adoptar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista. Tudo isto na perspectiva de uma real participação e responsabilização livremente aceite e profundamente assumida." (s.d., p.148).

O objetivo fundamental da animação sócio-cultural, segundo Melo de CARVALHO, caracteriza-se por:

"- Uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc;

- Uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e actuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- Uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente às constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo."
(s.d., p.150)

Este objetivo fundamental da animação sócio-cultural, assim colocado, relaciona-se, no meu entender, com os objetivos mais gerais da educação. Daí a importância de ressaltar o carácter pedagógico da atuação dos animadores (tema que será retomado mais adiante, quando for tratada a questão do duplo aspecto educativo do lazer), o qual se constitui num dos pontos fundamentais para que a "função" de desenvolvimento do lazer se viabilize. Entretanto, é preciso relativizar este objetivo, com o risco de responsabilizarmos demasiadamente o poder de intervenção dos animadores no contexto sócio-cultural.

Outro aspecto importante, ressaltado por Melo de CARVALHO sobre a ação do animador (que se assemelha à colocação de MARCELLINO a respeito da competência técnica e do compromisso político dos animadores), é que sua atuação deve necessariamente contemplar ao mesmo tempo a técnica e o "espírito" (enquanto atitude simultaneamente de respeito, humildade e autoridade) de animação - dois pólos de uma mesma realidade-, a fim de evitar o perigo de se recair em grave alienação; "Na verdade, trata-se de um processo dialéctico entre uma acção (a de animar) e a de um veículo (através do qual se anima)."
(s.d., p.154) E afirma que o

"`Espírito' da acção e o prestígio da técnica dependerão da situação total em que se encontra o educador e em que se integram os seguintes factores:

- o grupo a animar;
- o animador;
- a personalidade individual de cada elemento;
- a técnica a empregar pelo animador;
- a posição que o grupo ocupa frente a esta técnica;
- o ambiente sócio-cultural em que toda a acção tem lugar;
- o equipamento que é posto à disposição do grupo;
- o clima psicológico em que a acção se desenrola;" (s.d., p.154-155),

ao que eu acrescentaria, o conteúdo específico da animação.

A viabilidade da atuação do animador cultural no sentido indicado por estas reflexões anteriores, está estreitamente relacionada à compreensão clara dos animadores a respeito das interligações que ocorrem entre os aspectos que integram a totalidade do fenômeno lazer. O grande desafio que se lhes apresenta é o de trabalhar objetivando uma educação **pelo e para** lazer (duplo aspecto educativo do lazer - veículo e objeto de educação), que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, intencionando a superação de níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, assim, para gerar atitudes críticas e criativas que certamente influenciarão outros campos da atividade humana.

(4)

Considerando-se o duplo aspecto educativo do lazer, bem como as relações entre os objetivos fundamentais da animação cultural e os objetivos da educação, vem à tona o caráter pedagógico da ação dos animadores, que pode ser caracterizada,

portanto, como uma **ação pedagógica**. Isto quer dizer que compete aos **animadores/educadores** (apesar da redundância do termo) desenvolverem uma relação pedagógica com seu grupo de trabalho, a qual supõe como fundamento básico do processo educativo, um diálogo entre educadores e educandos.

Paulo FREIRE, em seu livro *Ação cultural para a liberdade*, analisando o processo de alfabetização de adultos, aborda questões significativas sobre a **ação do educador**. Afirmando que "(...) toda prática educativa envolve uma postura teórica por parte do educador" (p.42), que implica "(...) numa concepção dos seres humanos e do mundo" (p.42), postura esta mais ou menos explícita, o autor situa a problemática que envolve o **ato educativo** em termos de relacionamento entre a teoria e a prática. Para Paulo FREIRE,

"(...) o processo de alfabetização, como ação cultural para a libertação, é um ato de conhecimento em que os educandos assumem o papel de sujeitos cognoscentes em diálogo com o educador, sujeito cognoscente também. Por isto, é uma tentativa corajosa de desmitologização da realidade, um esforço através do qual, num permanente tomar distância da realidade em que se encontram mais ou menos imersos, os alfabetizandos dela emergem para nela inserirem-se criticamente". (p.48)

E esta realidade, segundo o autor, "(...) não é apenas um espaço físico, mas econômico, histórico, social, cultural." (p.47) E, neste sentido, considerando a unidade dialética entre subjetividade-objetividade que está presente no **ato do conhecimento**, na qual educadores e educandos assumem uma relação de diálogo, mediatizados pelo objeto foco de conhecimento, FREIRE ressalta que "O ato de conhecer envolve um

movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação." (p.50)

Estas reflexões de Paulo FREIRE, relacionadas mais especificamente com o processo de alfabetização de adultos, do meu ponto de vista, podem ser ampliadas, sem perder sua riqueza de significado, para qualquer outra forma de relação pedagógica que objetive uma incessante superação da realidade em que se encontram os participantes (educandos e educadores) do processo educativo. Dentre estas outras formas, situa-se, sem dúvida, a atuação do animador cultural, a qual deve ter como intenção principal orientar a vivência das atividades no lazer em direção a níveis críticos e criativos, significando, em outras palavras, que aos animadores/educadores cabe a delicada tarefa de realizar uma ação cultural para a liberdade, na perspectiva apontada por Paulo FREIRE. E a realização desta tarefa passa pela democratização do lazer e da cultura.

I.3.3 - O animador cultural e o processo de democratização do lazer e da cultura

Os termos **democratização**, **democracia**, **renovação democrática**, **redemocratização**, **transição democrática**, têm sido utilizados amplamente na sociedade brasileira, principalmente pelos segmentos políticos e intelectuais, desde o término da escandalosa ditadura militar que dominou nosso país, durante aproximadamente 20 anos. Este uso excessivo, e até justificável pelos tantos anos de forçoso silêncio, tem conduzido a um

desgaste terminológico e à muita confusão em torno do significado destes termos, constatada muitas vezes pelo seu uso indevido. Ou seja, todo mundo fala tanto em democracia, e já nem se sabe sobre o quê se está falando.

Definir democracia como o "Sistema político no qual o poder pertence ao conjunto dos cidadãos" (LEGRAND, 1986, p.111), ou como, "governo do povo", serve apenas como um ponto de partida.

Segundo LEGRAND,

"A primeira teoria moderna sobre democracia foi formulada por Espinoza na sua crítica de Hobbes (*Tratado Teológico-Político*) e retomada quase textualmente por Montesquieu: "Quando, na República (= estado) o povo em conjunto detém o soberano poder, é uma *democracia*." (1986, p.111)

Não é difícil imaginar que uma teoria surgida no século XVII, num determinado contexto histórico-social, tenha sofrido uma série de reformulações e aprofundamentos, tornando-se cada vez mais complexa à medida que novos contextos foram se configurando.

Para Marilena CHAUI

"(...) a idéia da democracia comporta as seguintes determinações: a idéia de comunidade política fundada nas de igualdade e de liberdade, a idéia de poder popular, conflito, eletividade e rotatividade de governo." (1989a, p.66)

Segundo a autora, alguns traços principais que caracterizam a democracia são:

- a legitimidade e a necessidade do conflito, sendo que o conflito é constitutivo de seu modo de ser;

- ela não se apoia na noção de privilégio, mas na noção de direito e da criação de novos direitos;

- consiste no único regime político que é também a forma social da existência coletiva;

- e é aquela forma de vida social que cria a todo momento o problema da questão da participação. (1989b, p.53-54)

De acordo com CHAUI,

"A democracia social e política, fundada numa cidadania concreta que começa no plano do trabalho (5), é a passagem dos objetos sócio-políticos em que nos tornamos, à de sujeitos históricos. Encarada sob essa perspectiva, a democracia coloca na ordem do dia o problema da violência, isto é, da redução de um sujeito à condição de uma coisa (...) do direito de reduzir um sujeito social a um objeto manipulável." (1989a, p.68)

Especificamente com relação à participação, ela consiste no princípio básico de uma sociedade democrática, sendo que "(...) a participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e regulamentos que dirijam a vida sócio-política." (CHAUI, 1989b, p.54) Além disso,

"(...) a participação de uma ação coletiva pela qual um bem para a coletividade se realiza (...) É a intervenção periódica, refletida e constante nas decisões políticas. O direito de tomar as decisões políticas e torná-las práticas sociais efetivas, isso é a participação." (CHAUI, 1989b, p.56)

A partir destas idéias, e enfatizando o entendimento da democracia como "forma de existência social", as suas relações com os processos de participação e informação ficam evidentes: para "existir socialmente" é indispensável participar; e não há como participar, sem estar informado. Isto significa que não há democracia se não houver participação. E participar, democraticamente (no sentido que está sendo buscado), não se restringe a exercer o direito do voto, delegando simplesmente o poder aos deputados, senadores, executivos, ao partido; significa que é preciso "(...) instalar um modo pelo qual haja um contato maior entre o representante e o representado (...)" (CARDOSO, 1985, p.59), contato este que garanta a participação da população nas resoluções que são de seu interesse, sob o risco de não se concretizar o processo democratizador.

Quanto à informação, ela consiste no pré-requisito básico à participação. Porém, não é qualquer informação que pode garantir uma efetiva participação; ela necessita estar fundada no compromisso com a colaboração para o desenvolvimento de uma consciência crítica perante os acontecimentos, sem o qual a informação torna-se alienante e manipuladora.

Outro problema relevante que inibe o processo democratizador é a centralização na tomada de decisões. Se tudo for centralizado, torna-se inviável a participação e inevitavelmente impossível a democracia. Segundo Fernando H. CARDOSO,

"(...) o primeiro requisito para uma participação real é a perda de poder dos núcleos centrais, graças aos mecanismos de informação. Isso não vai ser feito de graça, uma vez que ninguém perde o poder porque quer. Que eu saiba só há um jeito de ganhar o poder: tomando-o."
(1985, p.65)

Sem esquecer que a conquista do poder não ocorre num passe de mágica, por uma atitude individual, mas, pelo contrário, por uma ação organizada de um grupo que conjuntamente encontra força para realizá-la.

Este mesmo autor, considerando o contexto histórico-social atual da sociedade brasileira, levanta a questão de que o grande desafio que se apresenta é o de como exercer a democracia

"(...) numa sociedade que apresenta características de industrializada, com grandes organizações burocráticas, gerenciais, em que a base técnica é muito grande, em que a negociação se desenvolve muitas vezes, por um lado, com uma massa mais ou menos caótica, que não manifesta seus interesses claramente definidos, que não assimila lideranças e, por outro lado, com pessoas que são hierarquizadas, militares ou empresários, o que quer que sejam, mas impregnadas pelo princípio da autoridade, que não se assenta em fundamento democrático nenhum." (1985, p.56)

Penso que o desafio da democracia consiste num dos mais difíceis desafios que as sociedades humanas, e também a brasileira, já enfrentaram.

Levando em conta os diversos setores da atuação humana e suas inter-relações na composição do complexo sócio-cultural, o processo mais amplo de democratização da sociedade está necessariamente relacionado com o processo de democratização de cada um destes setores. Nesta perspectiva, ao focalizarmos nossa atenção para o processo de democratização do lazer e da cultura, estaremos atingindo diretamente o movimento mais geral de democratização da sociedade. Da mesma forma, considerando as profundas relações existentes entre o lazer e a

cultura (amplamente mencionadas neste capítulo), podemos concluir que o processo de democratização da cultura como um todo passa também pelo processo de democratização do lazer.

Tomando por base estas reflexões sobre democracia e democratização, a problemática fundamental que pretendo tratar diz respeito à colaboração que o animador cultural pode (e deve) prestar para a concretização do processo de democratização do lazer e da cultura, sem perder de vista o contexto mais amplo em que a ação dos animadores se dá.

MARCELLINO aborda esta questão em vários escritos (especialmente em 1986 e 1983a, p.67-81) nos quais estarei me embasando para o desenvolvimento das reflexões seguintes.

Os animadores, cuja atuação pode ocorrer no âmbito cultural geral, e especificamente no lazer, enquanto mediadores entre o patrimônio cultural e a cultura vivida no cotidiano, tornam-se agentes do movimento de **democratização cultural**.

Enfatizando a atuação dos animadores culturais no âmbito do lazer, toda a sua colaboração para o processo de democratização do lazer refletirá no processo mais amplo de democratização cultural.

A animação cultural, com vistas à democratização do lazer e da cultura, deve ter a responsabilidade de **atuação na vida cultural, visando uma verdadeira participação cultural dos sujeitos envolvidos**, capaz de criar um solo fértil para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade.

Concordo com MARCELLINO que esta forma de atuação **assemelha-se** à proposta de GRAMSCI, com relação ao papel que deve ser

exercido pelos intelectuais, na mudança intelectual e moral da sociedade. (1983a, p.75)

GRAMSCI pode ser considerado como um dos principais teóricos marxistas responsáveis pelo resgate do valor da atuação no plano cultural. Este autor confere especial importância ao papel a ser desenvolvido pelos intelectuais neste processo, por meio de um vínculo orgânico com o povo.

Para GRAMSCI, todos os homens são intelectuais, pois "(...) não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*." (1989, p.7) Porém, o que distingue os intelectuais dos demais homens (os "não intelectuais"), refere-se "(...) à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais" (1989, p.7), sendo importante considerar que, formam-se, "(...) historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual." (1989, p.8)

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas consiste numa relação "mediatizada", em diversos graus, pelo conjunto das superestruturas - do qual os intelectuais são os "funcionários"-, e por todo o contexto social. A maior ou menor conexão existente entre os diversos estratos intelectuais e o grupo social fundamental (grupo diretamente relacionado com a produção material da sociedade) pode fornecer a medida da "organicidade" dos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1989, p.10) Desta forma, pode-se falar em **categorias orgânicas** e **categorias tradicionais de intelectuais**, sendo que as primeiras estabelecem um vínculo de relacionamento com os grupos sociais fundamentais.

Na perspectiva gramsciana, aos intelectuais compete o papel de ajudar a classe trabalhadora - através de um vínculo orgânico com o povo - a realizar sua tarefa primordial: destruição da hegemonia burguesa e criação de uma contra-hegemonia burguesa,

"(...) uma outra concepção de mundo, uma outra hegemonia, capaz de fazer o **homem liberto**, o **homem catártico**, saído de sua condição inferior de homem massa, mergulhado e submisso ao mundo das necessidades, emergindo-o para mundo da liberdade." (SABÓIA, 1990, p.49)

Isto significa a abertura de canais para que possa ocorrer o processo de construção de uma nova cultura, de uma nova sociedade. Conforme GRAMSCI, a partir do entendimento do relacionamento dialético entre estrutura e superestrutura,

"No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos." (1989, p.49)

Penso que a consideração de que o desenvolvimento de uma sociedade depende igualmente e simultaneamente do desenvolvimento dos terrenos que integram a estrutura e a superestrutura desta mesma sociedade, consiste num dos aspectos de relevância capital do pensamento gramsciano. Sob esta ótica, o valor da **atuação no plano cultural** como elemento indispensável ao desenvolvimento global da sociedade é resgatado, colocando em evidência a necessidade e importância de uma ação profissional ao nível das superestruturas, voltada para a construção de uma nova cultura, de uma nova sociedade. Dentre as categorias

profissionais que atuam ao nível superestrutural, encontra-se o animador cultural.

A partir destas reflexões anteriores, retomo a problemática referente à atuação do animador cultural, reforçando o ponto de vista de MARCELLINO sobre a semelhança entre a forma de atuação dos animadores, no sentido de uma democratização do lazer e da cultura, e a dos intelectuais, na perspectiva gramsciana, guardadas as circunstâncias históricas que cercam a produção de GRAMSCI.

Podemos dizer que a ação dos animadores no lazer será tanto mais eficaz, em direção a uma efetiva participação e desenvolvimento cultural, configurando, assim, uma ação cultural democratizadora, quanto mais intenso for o vínculo orgânico estabelecido com a população. O grau de organicidade no relacionamento do animador com a população, responsável pela maior ou menor aproximação entre ambos, é o termômetro que indicará a contribuição dos animadores para

"(...) a elaboração de uma cultura verdadeiramente popular, contrária à aceitação pura e simples dos padrões culturais dominantes, resultado da ação dos meios de comunicação de massa e mesmo da cultura escolar." (MARCELLINO, 1983a, p.74)

Isto significa colaborar para a "passagem de objetos sócio-políticos em que nos tornamos, à de sujeitos históricos", da qual fala Marilena CHAUI. E para que este processo se viabilize, a tarefa imprescindível do animador é a de aumentar o grau de informação dos indivíduos, que com relação ao lazer, envolve o seu caráter de veículo e objeto de educação (duplo aspecto educativo do lazer).

A colaboração dos animadores para o processo de democratização do lazer e da cultura, viabilizando a elaboração de uma cultura verdadeiramente popular, esbarra, necessariamente, na ação da **indústria cultural** - através dos meios de comunicação de massa e sua função de inculcar valores e padrões da ideologia dominante.

Com o intuito de fazer um breve histórico a respeito do surgimento da indústria cultural, recorri ao livro *O que é indústria cultural*, de Teixeira COELHO NETO.

Antes porém, considero importante salientar, uma vez que o ponto básico deste tópico consiste no animador cultural e o processo de democratização do lazer e da cultura, que este autor, em seu livro *Usos da cultura; políticas de ação cultural*, fala do **animador cultural** num sentido completamente diverso do enfocado neste estudo. Para o autor, relembrando e criticando uma época em que o objetivo da animação estava muito distante de conduzir as pessoas a perceberem sua realidade e seus problemas e tratarem-nos criticamente por meio da expressão cultural, o animador cultural não passava de um animador de festinhas, bailes e que ajudava as pessoas a melhor passar o tempo (p.99). No entanto, a visão do autor sobre a atuação do **agente cultural** nas Casas de Cultura (consideradas como um único dos modos de se fazer o que poderia ser chamado de "autoprodução" cultural - a produção para ser consumida pelos que a fazem - (p.14)), possui semelhança com a concepção de animador cultural que venho desenvolvendo neste trabalho.

Retornando à questão da indústria cultural, Teixeira COELHO diz que só se pode falar em indústria cultural (e sua consequência, a cultura de massa) a partir da Revolução Industrial

(séc. XVIII) e da ocorrência de uma economia de mercado baseada no consumo de bens, configurando uma sociedade de consumo (só verificada na segunda metade do séc. XIX). Segundo o autor, "(...) a indústria cultural, os meios de comunicação de massa e a cultura de massa surgem como funções do fenômeno da industrialização" (1989, p.10).

É importante observar que é neste mesmo contexto da Revolução Industrial que ocorre o aparecimento do fenômeno lazer, enquanto esfera própria e concreta (conforme explicitado anteriormente neste estudo).

A industrialização e suas características, produzindo alterações no modo de produção e na forma do trabalho humano, determina a indústria cultural e a cultura de massa, implantando em ambas os mesmos princípios da produção econômica em geral: a utilização crescente da máquina com a submissão do ritmo de trabalho do ser humano ao ritmo da máquina; a exploração do trabalhador; a divisão do trabalho. (COELHO, 1989, p.10)

De acordo com Teixeira COELHO, dois destes traços, a reificação (coisificação) e a alienação, necessitam de uma atenção especial. Numa sociedade em que tudo é julgado como coisa, tudo se transforma em coisa, inclusive o ser humano,

"E esse homem reificado só pode ser um homem alienado (...); alienado, enfim, em relação à tudo, alienado de seus projetos, da vida do país, de sua própria vida, uma vez que não dispõe de tempo livre, nem de instrumentos teóricos capazes de permitir-lhe a crítica de si mesmo e da sociedade." (1989, p.11)

Os efeitos da industrialização e suas consequências sobre as sociedades humanas geram um espaço cada vez maior para a reificação e alienação do ser humano. Bárbara FREITAG diz que

"O produto (original ou reproduzido) da indústria cultural visa, em suma, entorpecer e cegar os homens da moderna sociedade de massa, ocupar e preencher o espaço vazio deixado para o lazer, para que não percebam a irracionalidade e injustiça do sistema capitalista, no qual estão inseridos como marionetes, atuando no interesse da perpetuação *ad infinitum* das relações de produção alienantes e exploradoras. A indústria cultural preenche assim sua função por excelência, de seduzir as massas para o consumo, para que esqueçam a exploração que estão sofrendo nas relações de produção." (1987, p.57)

Especialmente com relação à cultura, no contexto da indústria cultural, Teixeira COELHO salienta que

"Nesse quadro, também a cultura - feita em série, industrialmente, para o grande número - passa a ser vista não como instrumento de crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer coisa. É produto feito de acordo com as normas gerais em vigor: produto padronizado, como uma espécie de kit para montar, um tipo de pré-confecção feito para atender as necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome. Uma cultura perecível, como qualquer peça de vestuário. Uma cultura que não vale mais como algo a ser usado pelo indivíduo ou grupo que a produziu e que funciona, quase exclusivamente, como valor de troca (por dinheiro) para quem a produz." (1989, p.11-12)

A vivência do lazer, bem como a ação especializada na área, sofrem influência direta da indústria cultural. Aliás, este não é um "privilégio" exclusivo da área do lazer. A indústria cultural, devido à sua abrangência e alcance, atua na sociedade como um todo, influenciando os diversos setores de atuação humana, reproduzindo os valores da coisificação e do consumo alienado, gerando padrões de comportamento e determinando as

formas de relacionamento humano. Impregnada na vida em sociedade, este tipo de indústria cria e reforça necessidades, promovendo com sucesso a ideologia dominante.

Apesar disso, não podemos desconsiderar as brechas existentes neste processo (como em qualquer outro processo de hegemonia), sem as quais o ser humano, e as sociedades humanas, estariam condenadas ao determinismo da dominação. Neste sentido, concordo com Bárbara FREITAG quando julga correta a tese de Walter BENJAMIN sobre a dialética interna da indústria cultural, o que quer dizer que

"(...) a 'a indústria cultural' pode seduzir e perverter as massas, mas também pode definitivamente contribuir para superar a sua ignorância, ajudando-as a liberar-se de seus opressores internos e externos." (FREITAG, 1987, p.85)

E esta mesma autora vai mais além em suas reflexões a respeito de uma indústria cultural moderna e crítica, afirmando que

"Comprometendo-se a indústria cultural com a qualidade do produto que lança, ela será agente poderoso da definição dos novos padrões, do novo caráter da obra cultural, do trabalho educacional. Automaticamente criará (6), então, atitudes novas no consumidor e produzirá um novo consumidor: mais atento, mais crítico e mais sofisticado. Desta forma, a 'indústria cultural' poderia não somente ser o agente de modificações profundas na sociedade, com um instrumento de autoreflexão e redefinição de sua atenção e de seus objetivos na moderna sociedade." (1987, p.84-85)

À luz destas considerações, só vejo coerência numa reflexão sobre a indústria cultural que reconheça a sua dialética interna e suas possibilidades de se tornar efetivamente moderna e crítica, na perspectiva apontada por Bárbara FREITAG.

Mesmo considerando as fortes interferências que a indústria cultural exerce no processo de elaboração da cultura, acredito que, embora a indústria cultural ainda não esteja se desenvolvendo de maneira crítica e moderna, existe a possibilidade, desde já, de se encontrar caminhos para a construção de uma cultura verdadeiramente humana, em que não haja espaço para o homem-coisa, para o homem-objeto, para o homem-manipulado. E, seguramente, a atuação do animador cultural, no sentido que venho defendendo neste trabalho, pode colaborar em muito neste processo.

**I.3.4 - O profissional da educação física
como animador cultural -
o "especialista" em educação física
se "especializando" em lazer**

O lazer, devido à sua abrangência, caracteriza-se como um espaço de atuação interdisciplinar e, neste sentido, tem contado com a participação de profissionais de diversas áreas, dentre eles, e majoritariamente, segundo Antônio Carlos BRAMANTE (1988), os profissionais da educação física.

A este respeito, João Paulo Subirá MEDINA constata a abertura de um campo de atuação que ultrapassa o âmbito escolar a que basicamente se restringia o licenciado em educação física (1983, p.34), e considera que esta demanda está associada aos valores gerados pela sociedade de consumo, a qual entende o

corpo como mercadoria, criando necessidades que antes não afloravam com estas características:

"De repente é preciso cuidar do corpo. É preciso tirar o excesso de gordura. É preciso melhorar a 'performance' sexual. É preciso melhorar o visual. É preciso competir. É preciso, acima de tudo, vencer. Vencer no esporte e vencer na vida. Mas acontece que nunca perguntamos a nós mesmos o que é realmente vencer na vida." (1983, p.33)

Melo de CARVALHO é outro autor que aborda este assunto, alertando sobre a necessidade de atividades físicas na sociedade, em vários setores da atividade social, incluindo o do "tempo livre" e, ainda, quanto à necessidade de formação de quadros para atuarem na área:

"Não haverá hoje ninguém minimamente esclarecido, que possa duvidar da importância e da necessidade de se definir uma política de formação de quadros adaptados à nossa própria realidade e capaz de dar resposta aos seus problemas." (s.d., p.61)

Para Antônio Carlos PRADO, em sua dissertação de mestrado, Educação Física de Tempo Livre: tendências para capacitação profissional, a educação física de tempo livre consiste numa das áreas da educação física. Afirma que

"De um lado, ela pode ser caracterizada por uma ação voluntária e espontânea dos indivíduos e grupos que gerem os seus próprios interesses e necessidades em relação às atividades físico-esportivas, num determinado tempo livre. Pode também ser caracterizada por uma ação educacional planejada, profissional e institucionalizada, visando atender, de forma adequada, as necessidades dos indivíduos e grupos que buscam divertimento, descontração e

desenvolvimento, através de atividades físico-esportivas, voluntárias e de tempo livre." (p.9) (grifo meu)

As considerações destes diferentes autores evidenciam o campo do lazer como uma das áreas de atuação do profissional da educação física. Estamos diante, portanto, de um campo de atuação no qual interagem duas áreas distintas, a educação física e o lazer, cada qual com uma abrangência que transcende o ponto de intersecção entre ambas.

Poderíamos dizer que o entrelaçamento destas duas áreas está exigindo uma **dupla qualificação** do profissional que pretende atuar nesta intersecção: o "especialista" em educação física precisa "se especializar" em lazer.

Com relação à formação profissional nesta área, penso que ainda temos muito para caminhar no sentido de uma formação que privilegie esta dupla qualificação.

Leila M. S. M. PINTO, após resgatar rapidamente as relações vividas entre a Educação Física e a Recreação/Lazer no Brasil, a partir de 1930, diz que os conhecimentos sobre recreação desenvolvidos nos cursos de educação física são, em geral, práticos e estão voltados à recreação orientada, com ênfase no ensino técnico, abandonando o princípio básico da unidade teoria-prática (1992, p.127-128). Esta é uma realidade, que eu me atreveria a afirmar, baseada na minha própria experiência e observação, não peculiar apenas aos conhecimentos da área do lazer, mas à quase totalidade dos conhecimentos veiculados nos cursos de formação em educação física.

No entanto, comungo com a opinião desta autora que a proliferação de um discurso crítico e filosófico sobre a educação

física no Brasil, o qual teve início na década de 1980, por meio de uma literatura anteriormente censurada, tem enriquecido enormemente a área, contribuindo para a gestação de mudanças positivas, ainda que incipientes, nos cursos de formação em educação física, as quais afetam igualmente as relações entre a educação física e o lazer (1992, p.155). Para Leila PINTO, "Tais estudos vêm agindo como gritos de alerta aos profissionais da área, esforçando-se por estimular a reflexão sobre suas ações." (1992, p.155-156)

Particularmente quanto às relações entre a educação física e o lazer, esta autora salienta que

"(...) não basta incluir ou excluir formalmente estudos sobre a Recreação/Lazer na Educação Física (...) É preciso resgatar o princípio indissolúvel entre a reflexão-ação, de maneira a impedir que as relações entre a Recreação/Lazer e a Educação Física não se constituam meros discursos vazios ou ativismo ingênuo." (1992, p.156)

A abertura deste campo de ação, de relevância indiscutível, é uma realidade. Concordo com Leila PINTO que às instituições não cabe apenas o atendimento das demandas, mas, também, criá-las (1992, p.143), com o risco delas se constituírem em instrumentos poderosos de reprodução do que aí está posto.

Conforme dito anteriormente, o profissional que pretende atuar na intersecção entre a educação física e o lazer necessita de uma "dupla especialização": em educação física e em lazer. Isto quer dizer que este especialista deve possuir uma formação que privilegie simultaneamente os conhecimentos básicos de ambas as áreas, numa perspectiva de interação, sempre tendo em vista a unidade teoria-prática, enquanto

elemento fundamental para a construção do conhecimento. De maneira geral, é o que deve ocorrer com qualquer profissional que pretenda atuar no lazer, objetivando uma ação transformadora.

Segundo MARCELLINO,

"A `especificidade concreta' do lazer exige um novo especialista, não o `especialista tradicional' - superficial e unidimensional, mas o que domine a sua especialidade dentro de uma visão de totalidade." (1992b, p.316)

Esta consideração de MARCELLINO sobre o especialista em lazer, podendo ser ampliada para qualquer outro especialista, remete às reflexões de GRAMSCI acerca das categorias orgânicas e tradicionais de intelectuais (abordadas no item I.3.3), sendo que podemos traçar, guardadas as devidas proporções, um paralelo entre este "novo especialista" e as "categorias orgânicas de intelectuais", e entre o "especialista tradicional" e as "categorias tradicionais de intelectuais".

A forma de atuação do animador cultural, amplamente abordada neste capítulo, inclusive comparando-a com o papel social a ser desenvolvido pelos intelectuais na perspectiva gramsciana, é, na minha opinião, a linha de ação compatível com este novo especialista do qual fala MARCELLINO. Desta forma, a ação do especialista em educação física no lazer, levando em conta a importância de uma formação que assegure a dupla qualificação necessária para atuar nesta área, deve, e só encontra sentido, se desenvolvida na linha do animador cultural.

Melo de CARVALHO relaciona a cultura desportiva e animação, discutindo o conceito de animação e a atuação do professor de educação física como animador sócio-cultural. (s.d., p.143-157) Enfatizando o desporto como uma via de existência cultural,

fortemente motivadora e capaz de atrair a atenção e o interesse de extensas camadas populacionais, destaca o **animador desportivo** - na figura do professor de educação física e também do treinador desportivo -, como um dos diferentes tipos de animadores de importância capital para o processo de animação global a ser desenvolvido por uma **equipe de animadores oriundos de diferentes áreas**.

Para este autor, a ação do professor de educação física como animador sócio-cultural, mediada pelo desporto, é

"(...) o ponto de partida fundamental de toda uma rede complexa de iniciativas de promoção cultural, única forma de transformar, de forma essencial, todo o conteúdo da prática desportiva habitual. De facto, estamos convencidos que o desporto pode constituir um campo de acção muito fecundo na linha do desenvolvimento da cultura de um povo." (p.152)

E para que isto de fato ocorra, afirma Melo de CARVALHO, é urgente a exigência de uma formação profissional diferente da atual (p.156).

Com base nestas reflexões de Melo de CARVALHO, enfatizando a cultura desportiva, podemos extrapolar as características por ele apontadas sobre a atuação do professor de educação física como animador cultural, tendo como mediadores do processo de animação, outros conteúdos da área da cultura corporal (ou cultura física, para Melo de CARVALHO) como por exemplo: a ginástica, a dança, o jogo, dentre outros. (cf. SOARES, 1992, p.61-62)

Com relação à ação que deve ser desenvolvida pelo professor de educação física como animador sócio-cultural, Melo de CARVALHO diz que esta deverá ser definida através das noções de:

"(...) - **facilitação**: em que centrará a sua atenção especialmente sobre a rede de comunicações elaboradas pelo grupo, procurando abrir sempre novos e mais profundos 'canais' de comunicação;

- **clarificação**: procurando esclarecer o grupo e cada um dos seus elementos sobre o significado do comportamento individual e colectivo;

- **catalização**: suscitando um movimento de constante procura do grupo no sentido de este poder elaborar, por si próprio, as formas concretas de acção por que está, no momento, motivado;

- **promoção**: como resultado de toda acção definida anteriormente, poder-se-á elaborar uma autêntica via participativa de todos os elementos do grupo, única forma, parece-nos, de construir uma autêntica via emancipadora."
(s.d., p.155-156)

Estas noções, pela riqueza e amplitude de significado, podem ser extrapoladas para qualquer outro profissional que pretenda atuar como animador cultural (ou sócio-cultural, conforme Melo de CARVALHO), ou até mesmo para qualquer educador que valorize e busque em sua ação a participação efetiva dos sujeitos envolvidos no processo. Nelas estão contidos alguns pressupostos básicos fundamentais para o desenvolvimento de uma ação que objetive a emancipação do grupo envolvido: - a comunicação fecunda e contínua entre os integrantes do grupo; o significado do comportamento individual e coletivo; o estímulo à busca, por si próprio, de novas formas motivadoras de ação; e, finalmente, como resultado das ações anteriores, a promoção da emancipação. Esse processo de busca da **emancipação** deve constituir-se na tônica essencial do trabalho do animador, pois, ainda mais considerando que sua atuação acontece no "tempo disponível" das pessoas, a preocupação fundamental deve

consistir em estimular as pessoas a se tornarem cada vez mais independentes e autônomas para o desfrutarem livremente, sem a dependência de orientações. Costuma-se dizer que o animador cultural acaba trabalhando para sua extinção enquanto profissional, afirmação esta que, embora deva ser relativizada, possui certo sentido.

Levando em conta a abrangência do campo do lazer, sua amplitude e complexidade, não podemos conceber a atuação do profissional da educação física no lazer, ou de qualquer outro profissional, de forma isolada e independente.

Atuando no lazer como animador cultural, o especialista em educação física deve estar em contato com outros especialistas, buscando a interação necessária à formação de uma equipe de ação interdisciplinar. Segundo MARCELLINO,

"É necessário, tendo em vista o atual estágio dos estudos e a urgência do encaminhamento de propostas de ação, o desenvolvimento e sistematização de experiências interdisciplinares no campo do lazer. O que temos hoje são iniciativas pluri e multi disciplinares, numa tentativa de busca do interdisciplinar."
(1992b, p.316)

Acredito que a busca de iniciativas interdisciplinares de ação é um passo decisivo para o desenvolvimento da área do lazer nos seus diversos aspectos e, igualmente, das diferentes áreas que com ela se inter-relacionam, como é o caso da educação física. E inserido neste processo, o profissional da educação física tem muito para contribuir e aprender, numa troca rica, dialética e profunda que a interdisciplinaridade pode propiciar, principalmente se levarmos em consideração, de acordo com BRAMANTE, a presença majoritária do profissional da educação física no campo do lazer.

Uma vez compartilhado o referencial teórico básico que está orientando este estudo, pretendo tratar neste momento o processo de realização da pesquisa empírica e as informações colhidas junto às instituições pesquisadas, a fim de encontrar elementos para uma leitura da situação em que se encontra a atuação do profissional da educação física no lazer.

Capítulo II

EM BUSCA DE ELEMENTOS PARA UMA LEITURA DA SITUAÇÃO

O propósito deste capítulo é explicitar a dinâmica metodológica utilizada para a realização da pesquisa empírica e as informações por mim verificadas no trabalho de campo.

II.1 - Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de obter informações sobre a atuação do profissional da educação física no lazer, na área urbana da cidade de Campinas, a fim de, conjuntamente com a pesquisa bibliográfica (cf. PÁDUA, in CARVALHO, 1989, p.156-157) ou pesquisa teórica (cf. SEVERINO, 1989, p.204), construir um quadro de análise mais consistente a respeito da problemática que envolve o profissional da educação física atuando na área do lazer, optei por realizar uma pesquisa empírica, com trabalho de campo (cf. SEVERINO, 1989, p.204), junto a instituições públicas e privadas.

Foram escolhidos os setores público e privado com o intuito de se desenvolver um estudo comparativo (cf. BRUYNE, 1977, p.228-232) que, apontando possíveis semelhanças e diferenças entre ambos, pudesse fornecer um panorama mais completo da atual situação na área.

A definição da amostra, para ambos os setores, foi realizada de forma não probabilística (cf. BRUYNE, 1977, p.217-218), intencional, levando-se em conta critérios de acessibilidade. Este procedimento se justifica uma vez que não estou buscando uma abordagem quantitativa do assunto, e sim, uma comparação entre "casos" (cf. BRUYNE, 1977, p.224-227) da qual se possa

obter algumas informações para uma reflexão qualitativa sobre o tema.

Aproveito o momento para salientar que não julgo que as abordagens qualitativas e quantitativas sejam necessariamente excludentes e incomunicáveis. Há casos em que recursos quantitativos tornam-se importantes numa análise qualitativa, assim como uma análise qualitativa sobre informações quantitativas pode ser bastante pertinente e útil.

Os locais escolhidos para a realização do trabalho de campo foram dois Clubes Particulares (para o setor privado) e duas Praças de Esporte da Prefeitura Municipal de Campinas (para o setor público).(7)

Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados consistiram em:

- **observação sistemática** (cf. LAKATOS, 1977, p.29 e PÁDUA, in CARVALHO, 1989, p.160), de forma direta, ou seja, na qual o pesquisador observa pessoalmente o objeto de investigação.

- **entrevistas** (cf. BRUYNE, 1977, p.211; GOODE e HATT, 1972, p.237-268; GARRETT, 1981, passim e THIOLENT, 1987, p.31-39) junto aos profissionais que atuam diretamente com os interesses físicos no lazer, utilizadas como recurso complementar aos dados observados. Foram empregadas, prioritariamente, entrevistas centradas (cf. THIOLENT, 1987, p.35), as quais permitem aos entrevistados expressar livremente sua opinião sobre o tema investigado.

A combinação destes instrumentos para a coleta de dados (observação sistemática e entrevistas) possibilita, no meu

entender, uma construção consistente do quadro de informações acerca da problemática estudada, uma vez que permite o cotejo entre o discurso e a ação dos professores.

As categorias iniciais de análise (formuladas a partir da pesquisa bibliográfica) utilizadas na pesquisa empírica, funcionando como norteadoras centrais da observação sistemática, bem como das entrevistas, serão apresentadas a seguir. Antes porém, ressalto a importância de se perceber a estreita interligação entre estas categorias na composição do todo em que a ação do profissional da educação física no lazer está inserida.

a - Coerência entre o discurso e a prática dos profissionais - as intenções e as ações efetivas -, sem perder de vista os caminhos que permeiam o processo, através da observação da relação entre os objetivos gerais da instituição e os objetivos do profissional na sua ação concreta, entre os recursos disponíveis e a capacidade criadora de buscar novas soluções, procurando evidenciar os valores que sustentam sua atuação.

b - As relações entre os interesses físicos e os demais interesses, abrangidos pelos conteúdos culturais do lazer, visando compreender, de forma abrangente, a totalidade do programa de lazer das instituições e de que forma a ação do professor de educação física nela se insere.

c - Com relação à vivência do lazer, Nelson C. MARCELLINO refere-se ao todo inibidor como um conjunto de barreiras sócio-culturais, verificadas como obstáculo à vivência do lazer, em toda sua amplitude de possibilidades, sendo elas: sexo, faixa etária, esteriótipos e o espaço, tendo como pano de fundo

o fator econômico (1983a, p.49-56). O que se quer analisar consiste em que sentido a ação do profissional está dirigida: para minimizar ou para acentuar os efeitos indesejáveis deste todo inibidor.

d - Análise das dimensões dos conteúdos culturais do lazer que se caracterizam, segundo Joffre DUMAZEDIER (1980b, p.71-73), por: atividades: inventário de atividades que são realizadas; gêneros: prático, conhecimento e consumo ou fruição; e níveis: elementar ou conformista, médio ou crítico e superior ou criativo. O que se pretende verificar com estas categorias é a diversidade de opções que o programa de lazer das instituições oferece aos usuários, em relação aos interesses físicos, no sentido de englobar todas estas dimensões apontadas por DUMAZEDIER, diversidade esta entendida como facilitadora a uma vivência plena do lazer em todas as suas funções (descanso, divertimento e desenvolvimento).

e - As "funções" básicas do lazer são caracterizadas por DUMAZEDIER (1976, passim) como: descanso, divertimento e desenvolvimento. A atuação profissional no lazer, conforme analisado no primeiro capítulo deste estudo, justifica-se enquanto ação pedagógica, portanto, essencialmente voltada à "função" de desenvolvimento (porém sem ficar restrita a ela); daí a característica básica do animador cultural (segundo DUMAZEDIER, MARCELLINO, MELO de CARVALHO e outros) ser a de estabelecer uma relação pedagógica com a clientela de trabalho. Neste sentido, pretende-se investigar a qualidade da ação do profissional sob o aspecto de sua postura como educador, ou seja, como animador cultural, ou como mero instrutor de atividades.

Com relação às entrevistas, sua realização ocorreu da seguinte maneira:

I- As entrevistas foram iniciadas com algumas perguntas de identificação:

- 1) Nome;
- 2) Data de nascimento;
- 3) Formação escolar;
- 4) Há quanto tempo trabalha na instituição e quais cargos já ocupou;
- 5) Já trabalhou anteriormente ou ainda trabalha em outra instituição;
- 6) Com qual atividade trabalha;
- 7) Já praticou alguma atividade física ou modalidade esportiva; quais e durante quanto tempo;

II- Em seguida, foram realizadas perguntas diretamente relacionadas ao tema central, versando em torno do planejamento de trabalho dos professores, inserido no contexto mais amplo da instituição:

- 8) Sobre o planejamento do trabalho - quantas vezes por semana; clientela; objetivos; atividades e etc; dificuldades e como procura solucioná-las;
- 9) Sobre a organização geral da instituição - objetivos gerais; relacionamento entre as partes (reuniões entre os professores de educação física e outros profissionais);

planejamento geral do trabalho; quais são as diretrizes de ação e como estão orientadas;

10) Na sua opinião, quais deveriam ser os objetivos gerais e necessidades da instituição;

III- Foram formuladas, ainda, mais duas perguntas, com a intenção de conhecer as concepções de educação física e lazer dos professores e, paralelamente, a importância do curso de graduação em educação física (aos professores formados na área), para o desenvolvimento do trabalho:

11) Na sua opinião, quais as relações entre educação física, lazer e recreação; (8)

12) Na sua opinião, o curso de graduação contribuiu para o desenvolvimento de seu trabalho; o que poderia ser melhorado;

IV- Foi deixado em aberto qualquer outro comentário sobre alguns dos temas da entrevista, ou, até mesmo, sobre os propósitos da pesquisa.

II.2 - Processo de Inserção nos Grupos

Durante o ano de 1990 foi feito um trabalho de observação e contatos junto às instituições que seriam pesquisadas.

No que se refere ao setor público, foi mantido um contato mais estreito com os professores, devido à minha participação no "Curso de Recreação Comunitária para profissionais que atuam nos Centros Esportivos da Prefeitura Municipal de Campinas", organizado por Nelson C. MARCELLINO, orientador deste estudo. O

curso teve início em fevereiro, com uma semana de atividades (de 12 a 16/02), visando integração do grupo, discutir questões básicas sobre a recreação comunitária e fornecer subsídios para a realização de uma atividade piloto/impacto que possibilitasse a vivência de uma experiência em torno das questões teóricas abordadas neste período. O desdobramento do curso incluiu uma série de atividades, culminando com a realização da Festa do Centro Esportivo dos Trabalhadores. O meu contato nas várias fases do projeto possibilitou o conhecimento das pessoas e grupos envolvidos em vários níveis, no setor público, bem como dos equipamentos e da estrutura que compõe a rede municipal nessa área.

Quanto ao setor privado (Clubes Particulares) os contatos são anteriores à realização da pesquisa, enquanto sócia e atleta amadora destes Clubes, facilitando amplamente o acesso a estes locais (daí sua escolha).

A partir de março de 1991, foi oficializada minha inserção em ambos os setores através de cartas de apresentação às referidas instituições. Estas cartas foram respondidas ao orientador da pesquisa autorizando minha inserção nos grupos.

No decorrer da pesquisa de campo, julgamos pertinente eliminar da amostra deste estudo um dos Clubes Particulares, restringindo-a a duas Praças de Esporte da Prefeitura Municipal de Campinas (PE-PMC) e a um Clube Particular. Esta decisão relaciona-se aos seguintes fatores:

- O número elevado de professores no setor privado, em torno de 30 no Clube A - entre professores e monitores - e 25 no Clube B (especialmente se comparado ao número total de

professores das PE-PMC, 4 na Praça A e 7 na Praça B), e a coincidência nos horários de atividades nos dois Clubes, predominantemente a partir das 18:00 h., de 2^{as} a 6^{as} feiras, gerou dificuldades à coleta de dados através das técnicas de observação sistemática e entrevistas;

- As observações anteriormente registradas indicam que as características gerais destas instituições particulares, em termos de organização e atuação dos professores, não diferem de modo significativo a ponto de afetar substancialmente as informações pretendidas neste estudo.

Optei por continuar o trabalho no Clube A ao invés do Clube B, por ter atingido um vínculo mais estreito com o primeiro, certamente em função de já ter sido atleta e sócia do Clube durante aproximadamente dez anos.

No caso das duas Praças de Esporte investigadas, apesar da longa distância entre elas, foi possível manter um bom contato com os grupos, pela receptividade dos professores e funcionários, pelo número de professores e também pela permanência dos mesmos nas Praças inclusive nos horários em que não estavam dando aula.

O processo de coleta de dados foi realizado essencialmente durante o ano de 1991, sendo que foram realizadas algumas entrevistas no início de 1992.

Após o término da coleta de dados foram enviadas cartas de agradecimento às instituições, em março de 1992, comunicando a finalização do estágio de observação.

As informações colhidas durante o trabalho de campo serão apresentadas separadamente por setor, com o intuito de mostrar em detalhes cada situação particular.

II.3 - O Setor Público

O atual Departamento Municipal de Esportes (DME) da Prefeitura Municipal de Campinas (antigo DMEFER - Departamento Municipal de Educação Física, Esportes e Recreação) possui 15 praças de esporte, 1 balneário, 1 cartódromo e 3 ginásios de esportes, totalizando 20 locais para a realização das atividades gerenciadas pelo Departamento. O número total de professores e monitores do Departamento é 38, dentre os quais 29 são graduados em educação física. A maioria dos professores, inclusive os não formados, são, em geral, ex-atletas que representavam a prefeitura em campeonatos, os quais foram contratados para atuar na modalidade esportiva na qual competiam. É importante salientar que o atual Diretor de Esportes, o qual ocupava anteriormente a função de encarregado de Praça, possui apenas formação secundária. O número de professores que atua em cada Praça de Esporte é variado, existindo locais onde não há professores atuando.

Este Departamento pertencia à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo (atualmente Secretaria de Cultura e Turismo) e a Seção de Recreação, que anteriormente estava a ele associada, agora pertence ao Departamento de Turismo. O desligamento do DME da Secretaria de Cultura e Turismo e sua vinculação direta ao Gabinete do Prefeito se deu em janeiro de 1991, quando da posse do atual Diretor de Esportes. Segundo este, a mudança do Departamento proporcionou muitos benefícios ao

mesmo, uma vez que as decisões referentes ao esporte da cidade são tomadas diretamente entre Diretor e Prefeito, sem subordinações a secretários. Apesar desta desvinculação que envolve o esporte e a recreação, mantive como objeto da pesquisa os professores que atuam nas Praças de Esporte, e não os vinculados à Seção de Recreação, por entender que, embora ocorra esta distinção, a problemática dos interesses físicos no lazer e a atuação do profissional da educação física nesta área envolve essencialmente a ação dos professores nas Praças de Esporte, pelo menos no âmbito da Administração Municipal em estudo.

Ainda sobre o DME, este é composto por três divisões:

- Divisão de Praças: encarregada da parte de manutenção da estrutura das Praças;

- Divisão Técnica: cuida dos assuntos relativos aos professores - técnicos e instrutores de práticas desportivas -, bem como dos calendários das atividades nas Praças e torneios inter-Praças; dentre os professores são escolhidos Coordenadores para cada modalidade esportiva (um por modalidade) e também para outros projetos, como por exemplo, o Projeto Idoso (o qual não ocorre especificamente nas duas Praças estudadas). Os Coordenadores não recebem remuneração especial para o exercício desta função. Esta Divisão encarrega-se também do fornecimento dos materiais específicos para as aulas nas Praças;

- Divisão de Esportes: responsabiliza-se pelo calendário do Departamento, agendando eventos e promoções esportivas (em conjunto ou não com outras instituições), dentre os quais os Jogos Abertos e Regionais;

- Seção Administrativa: encarregada da administração de pessoal.

Quanto ao funcionamento das Praças, cada uma possui uma equipe de funcionários para sua manutenção sob a chefia do "encarregado", cuja função refere-se à administração geral da Praça, inclusive controle do ponto dos funcionários e professores. A conotação de "dono da Praça" é comum para os encarregados que, em geral, abusam de seu poder, considerando-se realmente donos destes locais. Com a posse da atual Diretoria os encarregados, pretendendo mostrar serviço, também ganharam dos professores a conotação de "dedo duro" ao serem pressionados pela Diretoria a fiscalizar a presença dos professores nas Praças. Além disso, obtive informações de que os encarregados de Praça são geralmente cabos eleitorais.

O horário de funcionamento das Praças é de 3as a domingos, basicamente das 7:30h às 22:00h, ficando fechadas às 2as feiras para limpeza.

Por serem locais públicos, qualquer pessoa pode frequentá-las e seus portões ficam abertos durante todo o período de funcionamento. A partir das 18:00h permanece apenas um vigia na Praça e segundo alguns professores e funcionários, as Praças ficam praticamente vazias, correndo o perigo de se tornar local de ponto de encontro de desocupados ou até mesmo marginais (perigo este que varia dependendo da localização das Praças), o que ocorre com certa frequência, inclusive durante o dia, comprometendo a credibilidade das Praças.

O trabalho dos professores ocorre basicamente em dois períodos (4 horas pela manhã e 4 horas à tarde), de 3as a 6as feiras, sendo que os mesmos devem permanecer na Praça durante

todo este período. Às 2as feiras há meio período de reuniões por modalidades esportivas entre os professores de todas as Praças e os Coordenadores de cada modalidade, sendo que o outro período de 4 horas que resta neste dia de trabalho vai sendo acumulado para ser cumprido ("pago") em ocasiões onde haja necessidade (normalmente nos finais de semana e feriados, sem remuneração extra, por convocação irrecusável da Diretoria de Esportes). Há professores que trabalham em duas Praças, permanecendo às 3as e 5as feiras num local e às 4as e 6as feiras em outro. Ocorreram vários remanejamentos de professores nas Praças quando o atual Diretor de Esportes assumiu o cargo, segundo os professores, sem critérios claros que justificassem satisfatoriamente as mudanças, causando muitas vezes, uma completa desestruturação do trabalho que vinha se realizando.

Nas Praças de Esporte investigadas neste estudo há 11 professores atuando: 4 na Praça A (dentre os quais, 3 formados em educação física) e 7 na Praça B (dentre os quais, 6 formados em educação física). Segundo o atual Diretor de Esportes do DME, existe uma carência de pessoal para atuar na área, bem como de Praças, especialmente em regiões mais periféricas da cidade. Apesar disso, não constatei nenhuma iniciativa de aproveitamento ou adaptação de equipamentos não-específicos nestes locais mais distantes, que pudesse amenizar esta escassez de espaço para a realização de atividades de lazer.

A contratação de novos professores só pode ocorrer via concurso público para professores graduados em educação física (9) e embora tenha sido realizado concurso no final do ano de 1990, com resultado divulgado em 02 de fevereiro de 1991, muitos professores aprovados ainda não foram chamados, sob alegação de falta de verbas para a contratação.

As atividades oferecidas nas Praças variam de acordo com a sua estrutura e com o número de professores (e suas respectivas "especialidades"). Em ambas as Praças há campo de futebol, piscina e quadras abertas (a Praça A é relativamente maior que a Praça B). Na Praça A são oferecidos: voleibol, basquetebol, atletismo, futebol de campo, futebol de salão e ginástica estética e na Praça B: voleibol, basquetebol, atletismo, futebol de campo, natação e ginástica estética. Na Praça A também havia natação, mas devido ao fato do conjunto aquático (há boas piscinas no local) estar interditado por problemas na sua estrutura, seu uso ficou impossibilitado e não existe previsão para que o problema seja solucionado. Nos dias chuvosos fica impossibilitada a realização das atividades, por não existirem locais cobertos suficientemente espaçosos. Quanto aos materiais para o desenvolvimento das atividades, há o mínimo necessário - basicamente 2 bolas por modalidade esportiva -, sem a menor sombra de abundância ou variedades para incrementar as aulas, podendo caracterizar certa escassez de recursos. No caso da ginástica, não há locais apropriados para as aulas e numa das Praças o aparelho de som foi roubado. Em relação ao atletismo, os professores têm que estar sempre improvisando: utilizam o campo de futebol quando está vago e não há materiais específicos para este esporte, fatores importantes que acabam levando os alunos para outros esportes.

A divulgação das atividades é feita basicamente nas escolas próximas às Praças através de visitas dos professores a estes locais. Existem núcleos da Prefeitura que funcionam como pré-escolas próximos às Praças e alguns professores desenvolvem atividades recreativas nas Praças com as crianças destes núcleos. Segundo os professores, desde a entrada do atual Diretor de Esportes, este processo de divulgação se restringiu

muito devido à proibição da saída dos professores das Praças para divulgar as atividades nos horários de trabalho, mesmo quando não estão dando aula, sob alegação de que eles estariam fazendo outras atividades que não esta. Mesmo podendo ser verdadeira esta afirmação, em alguns casos, esta norma geral para todos os professores dificultou seriamente a divulgação do trabalho que vinha ocorrendo de forma bastante abrangente, incluindo estabelecimentos comerciais (como padarias, supermercados, lojas da região, através de cartazes). Eventuais saídas dos professores podem ocorrer, caso haja permissão por escrito do Coordenador da modalidade dirigida ao encarregado da Praça, permitindo a saída. Há um funcionário do Departamento que passa todos os dias pelas Praças para fiscalizar a presença dos professores e evitar possíveis "proteções" dos encarregados em relação a professores.

Especificamente com relação às diretrizes gerais que orientam o trabalho dos professores nas Praças, elas foram decididas a nível de Diretoria de Esportes para serem cumpridas e executadas pelos professores. Estas orientações foram transmitidas aos professores pelos Coordenadores de modalidades nas reuniões semanais (às 2^{as} feiras), os quais também não possuem autonomia decisória. O Diretor de Esportes atua essencialmente no gabinete, onde raramente recebe os professores, não estabelecendo nenhum contato com os mesmos através de reuniões. Desta forma, os professores praticamente não têm acesso à Diretoria. São verificadas algumas ameaças aos professores que se mostram contrários às diretrizes e procedimentos não cumprindo o estabelecido, através de "cartas de advertência" (3 cartas de advertência significam demissão por justa causa).

O principal objetivo do Departamento de Esportes é a massificação das modalidades esportivas olímpicas através das escolinhas de esportes para crianças de até 14 anos de idade, com o intuito de se descobrir talentos esportivos para serem encaminhados às equipes da cidade, normalmente existentes nos Clubes Particulares. Todas as crianças interessadas devem participar e não podem ser excluídas.

Nesta perspectiva da massificação, foi exigido dos professores o número mínimo de 20 alunos por turma, com a ameaça de serem remanejados das Praças caso esta exigência não fosse cumprida. Alguns professores afirmam a impossibilidade desta imposição, devido às grandes dificuldades de divulgação das atividades que são oferecidas nas Praças e reclamam desta incoerência por parte da Diretoria. Algumas atividades realizadas com os núcleos, anteriormente mencionadas, também ficaram comprometidas em função deste objetivo imposto pela Diretoria priorizando as escolinhas de esportes nos horários considerados nobres para a realização das atividades (das 8:00 às 11:00h e das 14:00 às 16:45h). Além do problema da divulgação, especialmente no caso do atletismo, esta exigência se agrava ainda mais, segundo os professores, pelo desconhecimento da população em geral sobre este esporte, o que não desperta o interesse em procurá-lo.

Em entrevista realizada com o Diretor de Esportes do Departamento Municipal de Esportes, ficou-me bastante nítida sua visão equivocada sobre a educação física e o lazer, ao considerar que o esporte nas Praças da Prefeitura não tem relações com o lazer e a recreação e que no órgão público estas áreas devem ser específicas e separadas.

As reuniões semanais entre professores e Coordenadores estão restritas basicamente à divulgação das tarefas a serem cumpridas e ao levantamento dos problemas de escassez de materiais para o desenvolvimento do trabalho, do pouco número de alunos nas Praças, entre outros, relacionados ao dia a dia do trabalho. O que se observa é que o trabalho de Coordenação está essencialmente direcionado à exigência do cumprimento das tarefas determinadas pela Diretoria e à manutenção da máquina burocrática.

A maioria dos professores concorda com a importância da divulgação e massificação do esporte. Porém, são claramente contrários à forma impositiva da determinação deste objetivo, "de cima para baixo", e às exigências dele decorrentes. Alegam estarem sendo tratados como simples executores de tarefas, por não estarem sendo chamados a opinar, acentuando ainda mais a desvalorização do trabalho profissional, contrariamente ao que acontecia durante a primeira e segunda Diretorias que atuaram desde as eleições municipais de 1988 (esta é a terceira mudança de Diretoria desde então). Estas gestões anteriores, afirmam os professores, especialmente a primeira, a qual impulsionou uma nova forma de trabalho, consideravam suas opiniões e experiências na organização das diretrizes gerais e oportunizavam sua participação, valorizando a categoria e estimulando, portanto, o desenvolvimento de um bom trabalho. Para eles, o Departamento Municipal de Esportes é um Departamento bastante sujeito a manipulações políticas e as sucessivas mudanças de Diretoria e, conseqüentemente, de diretrizes, prejudicaram seriamente a continuidade do trabalho. O atual Diretor de Esportes, que atuava como encarregado

de Praça, segundo a maior parte dos professores, foi colocado no cargo por motivos puramente políticos (para não dizer "politiqueiros").

Muitos professores reclamam da falta de união e organização existente entre eles, para "brigarem" contra esta situação, afirmando que interesses particulares estão completamente sobrepostos aos interesses comuns, o que gera desmobilização e conformismo.

O planejamento de trabalho dos professores, salvo raríssimas exceções, basicamente não existe em termos de objetivos claros e estratégias a serem utilizadas para a configuração do processo educativo ao qual os alunos estão (ou deveriam estar) se submetendo. As aulas não são efetivamente preparadas, verifica-se uma rotina repetitiva, com muito poucas inovações e não está claro o caminho a ser percorrido.

Além das aulas, são realizados torneios inter-Praças de cada modalidade esportiva uma vez por ano, aos finais de semana, os quais reúnem crianças e adolescentes de várias localidades da cidade. Alguns professores, falando destes torneios, reclamam de problemas relacionados ao transporte dos alunos, excesso de jogos no mesmo dia, enfim, à falta de uma boa estrutura para a realização do evento.

Com relação às concepções dos professores sobre a educação física e o lazer, elas são, de maneira geral, muito superficiais e se resumem a afirmações do tipo: "Esporte é Lazer"; "Educação Física e Lazer estão bem relacionados", entre outras. Pude constatar claramente nas entrevistas a fragilidade destas colocações e a carência de um aprofundamento sobre este tema. Muito poucos professores caracterizam a Praça como um Centro de Lazer, entendendo o lazer como algo sério e

importante. (10) Porém, a imensa maioria distingue nitidamente lazer e recreação de treinamento, salientando como diferença básica entre ambos a seriedade do trabalho, ficando para o treinamento, para as escolinhas, a "preocupação" (ainda sim, precária, na minha opinião) com o desenvolvimento "sério" do trabalho e para a recreação e lazer, a "despreocupação" e o "laissez-faire".

A clientela que frequenta as Praças de Esporte compreende majoritariamente a comunidade local e se caracteriza, em ambos os casos, - o que parece ser a realidade da grande maioria das Praças -, como um grupo de baixo poder aquisitivo. O contato da comunidade com a Praça, e vice-versa, deixa muito a desejar e os professores afirmam que na primeira gestão, anteriormente mencionada, esta situação estava sendo mudada aos poucos e com muito sucesso, através dos Conselhos de Usuários implantados por aquela Diretoria. Apesar da tentativa de se aumentar o número de frequentadores das Praças, através das escolinhas de esportes, é relativamente comum as encontrarmos esvaziadas.

A faixa etária básica da clientela engloba crianças e adolescentes (dos 07 aos 17 anos, aproximadamente), na maioria meninos, e também algumas mulheres que participam das aulas de ginástica.

A rotatividade dos alunos é muito grande e pode ser justificada por diversos fatores, dentre os quais: a não obrigatoriedade no comparecimento às aulas (aliás, uma das características básicas do lazer, porém, que não deve ser confundida com descompromisso para com a atividade), a necessidade de ajudar em casa com os irmãos menores (especialmente as meninas), a necessidade de ir trabalhar para ajudar no orçamento

familiar e a própria motivação em permanecer na atividade, aspecto este, em que o papel do professor como estimulador dos alunos me parece fundamental. Este problema da rotatividade é constantemente mencionado pelos professores como um grave empecilho ao desenvolvimento e à continuidade do trabalho.

Quanto à reciclagem profissional, não há apoio efetivo do Departamento, promovendo ou estimulando a participação dos professores em cursos. Mencionando novamente as duas gestões anteriores, os professores salientam o estímulo recebido, especialmente com relação à primeira, para o acesso em cursos da Faculdade de Educação Física da Unicamp, bem como por meio da promoção de cursos pelo próprio Departamento.

Sobre o curso de formação em educação física, os professores graduados, em geral, consideram que contribuiu pouco para o seu trabalho. Salientam a experiência como ex-atleta e/ou a participação em cursos específicos (extra graduação) como as principais fontes de informação para sua atuação.

A avaliação da Diretoria a respeito do trabalho desenvolvido durante o ano está baseada no número de eventos realizados pelo Departamento.

Outro aspecto importante a ser destacado, refere-se aos baixos salários dos professores. Muitos deles trabalham também em outros locais, como por exemplo Clubes Particulares, para aumentar sua renda mensal e acabam incentivando os alunos que se destacam para treinar nos Clubes onde a estrutura é, em geral, melhor.

II.4 - O Setor Privado

O Clube Particular que foi pesquisado se caracteriza, segundo seus Estatutos aprovados em outubro de 1989, (Capítulo I, Art. 1º, p.6), como "(...) uma sociedade civil por quotas, de fins não econômicos, composta por número limitado de sócios, sem distinção de raça, nacionalidade, crença religiosa ou política (...)" (11)

Dentre todas as informações contidas nos Estatutos do Clube, selecionei as seguintes (itens 1, 2 e 3), com o intuito de fornecer uma idéia geral sobre a sua organização.

1 - As finalidades básicas do Clube são: "Desenvolver a prática da Educação Física e dos Esportes em todas as modalidades (...)" ; "Desenvolver, além do esporte, a parte social, com ênfase no setor cívico-cultural"; "Incutir entre seus associados o sentimento de patriotismo, o respeito às Instituições, a lealdade, a disciplina e a abnegação e, em geral, todos os sentimentos que se dirijam para o bem estar social e contribuam para o progresso do Brasil." (Capítulo I, Art. 2º, p.6).

2 - O Clube é composto pelos seguintes órgãos:

2.1 - A Assembléia Geral (Capítulo III, p.6-8), formada pelos sócios maiores de 18 anos, em dia com suas obrigações sociais (dentre as quais, o pagamento das mensalidades), a qual se reúne ordinariamente de 2 em 2 anos (até o dia 15 de agosto) para eleger, por meio de escrutínio secreto, os membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo.

2.2 - O Conselho Deliberativo (Capítulo IV, p.8-10), cujo número de membros deve estar entre 20 e 300, formado por Ex-Presidentes da Diretoria e sócios maiores de 21 anos, com mais de 5 anos de Clube. Cabe a este Conselho eleger dentre seus membros, através de voto secreto, o Presidente do Conselho, o Presidente da Diretoria e a Comissão Fiscal para o biênio, admitindo-se apenas uma re-eleição consecutiva. As Assembléias Gerais são convocadas pelo Conselho e a ele compete toda a administração do Clube. Todos os assuntos tratados nas reuniões do Conselho serão resolvidos por maioria de votos dos presentes, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

2.3 - A Diretoria Executiva (Capítulo V e VI, p.10-18), composta pelo Presidente da Diretoria e os seguintes membros por ele indicados: 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e mais 24 Diretores, dentre os quais destaque o Diretor Geral de Esportes e os Diretores das diferentes modalidades: bocha, basquetebol, futebol recreativo, ginástica olímpica, ginástica rítmica, halterofilismo, judô, natação, remo, tênis de campo e voleibol. Compete a esta Diretoria, administrar o Clube em todos os setores. Especificamente com relação ao Diretor Geral de Esportes, sua função no Clube, engloba o seguinte: - incentivar a participação do Clube em competições oficiais ou amistosas, sempre que isto for oportuno; - indicar pessoas que possam dirigir as modalidades praticadas no Clube; - cuidar da orientação técnica; - sugerir a contratação de técnicos especializados para as modalidades, quando for interesse geral dos associados; - sugerir a inclusão de qualquer modalidade esportiva no Clube em função da sugestão dos associados; - organizar o calendário anual das atividades esportivas; - enfim, superintender toda a parte esportiva do Clube.

2.4 - A Comissão Fiscal (Capítulo VII, p.18), composta por seis membros (sendo 3 suplentes), que cuida basicamente da contabilidade do Clube.

2.5 - O Conselho Consultivo de Supervisão (Capítulo VIII, p.18-19), formado por todos os Ex-Presidentes de Diretoria do Clube, cuja função é dar suporte administrativo às Diretorias.

3 - Quanto aos associados do Clube (Capítulo X, p.22-25), há várias categorias (beneméritos, honorários, remidos, contribuintes, correspondentes, militantes e patrimoniais), sendo que o número máximo de sócios é dez mil. Dentre os deveres e direitos dos sócios (Capítulo XIII, p.26-27) estão incluídos os deveres de: - contribuir para que o Clube realize a sua finalidade de promover a cultura física, social, moral e cívica, entre seus associados; - não emitir dentro do Clube qualquer manifestação de caráter político ou religioso, ou relativa a questão de raça e nacionalidade; e os seguintes direitos: - frequentar a sede e as dependências do Clube; propor a admissão de novos sócios; inscrever-se para tomar parte de torneios esportivos patrocinados pelo Clube ou pelas entidades a que o mesmo é filiado.

Especificamente com relação ao Departamento de Esportes, iniciou-se em princípios de 1991 uma remodelação no Departamento, com a contratação de novos professores e a criação do cargo de Coordenador Geral de Esportes para atuar como um intermediário entre os professores e o Diretor Geral de Esportes, mantendo contato direto e permanente com os mesmos. Em entrevista realizada com o Coordenador Geral de Esportes foi salientado que havia dicotomia entre o Diretor Geral de Esportes e os professores, desgastando a figura do mesmo. Daí a

criação deste novo cargo (Coordenador Geral de Esportes) para funcionar como mediador. O Diretor Geral de Esportes, que não é graduado em educação física, atua essencialmente a nível administrativo junto às demais Diretorias.

O número total de professores do Clube, na Praça de Campinas (incluindo o Coordenador Geral de Esportes, o qual atua na modalidade de basquetebol) é 25: 18 professores (sendo 12 formados em educação física) e 7 monitores (todos sem formação superior, geralmente atletas da modalidade na qual são monitores). Os professores do Clube que não são formados em educação física atuam justamente em atividades como yoga, karatê, judô, jazz e ballet, constatação esta, que me chamou a atenção e parece interessante para refletir a respeito da idéia de que os cursos de formação em educação física privilegiam enfaticamente o aprendizado das atividades corporais relacionadas a alguns esportes considerados mais tradicionais (por ex: futebol, basquetebol, voleibol, natação, etc), em detrimento de outras. Segundo o Coordenador Geral de Esportes, é intenção do Clube passar a contratar somente professores formados em educação física ou que estejam cursando a graduação na área, como forma de garantir o campo de trabalho dos "especialistas" da área e também oferecer qualidade profissional aos associados do Clube. Não há concurso para a contratação de professores; ela é realizada por indicação do Coordenador Geral de Esportes ou do Diretor Geral de Esportes, que discutem as possibilidades de adesão de novos profissionais.

O horário de funcionamento do Clube é das 8:00 às 23:00h, de 3as a sábados, das 8:00 às 18:00h, aos domingos, e nas 2as feiras, das 18:00h às 23:00h. As atividades oferecidas pelo

Clube são: voleibol, basquetebol, ginástica rítmica desportiva, ginástica olímpica, ginástica aeróbica e estética, ginástica executiva, jazz, judô, capoeira, natação, yoga, karatê, musculação e futebol. Os professores ficam no Clube apenas nos horários das aulas, as quais variam entre 8:00 e 22:00h.

No que diz respeito à ginástica aeróbica e estética, o Clube fez um convênio com uma Academia de Ginástica, cujos professores vêm ao Clube para dar as aulas.

Além das aulas, no período de férias, foram formadas turmas de sócios entre 4 e 12 anos para frequentarem o Projeto de Férias do Clube, durante 5 dias, participando (gratuitamente) de diversas atividades, dentre as quais, jogos e brincadeiras esportivas. Os professores que participaram deste projeto e o Coordenador Geral de Esportes salientaram o grande sucesso do evento.

A divulgação das atividades realizadas pelo Clube acontece por meio de um Jornal Mensal de caráter informativo (contém 4 páginas e sua distribuição teve início no ano de 1991) que é enviado à residência dos associados pelo correio e também através de cartazes distribuídos em alguns locais do Clube (secretaria, cantina, etc.). Este jornal é composto basicamente por 3 itens - administração, social e esportes (12) - e procura informar sobre os diversos acontecimentos que envolvem o dia a dia do Clube em ambas as Praças (festas, inaugurações, reformas, sugestões dos associados, andamento dos esportes e de outras atividades corporais, campeonatos esportivos, horários diversos, convênios, entre outras coisas).

Pode-se afirmar que a estrutura do Clube para a realização das atividades é boa (possui quadras cobertas em ginásios,

salões, piscinas, etc), embora existam algumas dificuldades mencionadas pelos professores, como por exemplo: poucas bolas (basquete e volei), aparelhagem defasada (musculação), dificuldades materiais (ginástica olímpica e rítmica) (13), sala de jazz muito pequena e sala de yoga próxima às quadras (atrapalhando a aula devido ao barulho).

Segundo o Coordenador Geral de Esportes, as diretrizes gerais que orientam a ação dos professores, decididas a nível de Diretoria, estão voltadas à educação do associado para o esporte, criando uma oportunidade para a lazer ("transferir para o Clube o lazer da família"). O objetivo básico do Clube, portanto, a partir de sua consideração como um Centro de Lazer, está direcionado ao atendimento dos interesses dos sócios, propiciando-lhes diversas atividades. Neste sentido, há uma preocupação não apenas com as "escolinhas" dos esportes, mas também com o oferecimento de atividades para faixas etárias maiores (ex: yoga, ginástica aeróbica, estética e executiva, entre outras).

A formação de equipes competitivas de alto nível não tem sido prioridade (embora o Clube participe das federações em todos os esportes), principalmente em função dos altos encargos financeiros que a manutenção das equipes demanda. Em função disso, o Clube não está mais aceitando a adesão de novos sócios militantes - categoria de sócios que não pagam as mensalidades do Clube e o frequentam apenas com a finalidade de treinar e representar o Clube perante campeonatos. A queda da "Lei Sarney", de incentivo à Cultura, foi mencionada pelo Coordenador Geral de Esportes como um dos fatores básicos para os problemas financeiros que o esporte brasileiro vem enfrentando em vários setores. A participação em jogos

amistosos e campeonatos é bem vista pela Diretoria do Clube, porém, só se realiza quando há verbas: é uma questão de prioridades.

As diretrizes gerais foram transmitidas aos professores numa reunião entre eles (nem todos participaram) e o Coordenador Geral de Esportes, quando este assumiu o cargo. Desde então, não ocorreram mais reuniões gerais. Qualquer problema que os professores venham a enfrentar é resolvido diretamente com o Diretor específico para cada modalidade e/ou com o Coordenador Geral, não apenas através de conversas, mas também utilizando-se ofícios como forma de se registrar as solicitações. A dificuldade para a realização de reuniões periódicas com todos os professores é atribuída à diversidade de horários dos mesmos (não são pagas horas-extra pelas reuniões).

Segundo alguns professores, ocorreu um processo de valorização do professor a partir desta última Diretoria e a criação do cargo de Coordenador Geral de Esportes, na figura do atual Coordenador, contribuiu muito para este processo, já que o contato entre Coordenador e professores acontece numa perspectiva de confiança a respeito do trabalho que está sendo desenvolvido com o associado.

Com relação às diretrizes gerais, a maioria dos professores concorda que o Clube deve beneficiar, em primeiro lugar, o associado através do oferecimento de diversas atividades em que todos possam participar, garantindo o seu lazer. No entanto, a falta de incentivo efetivo do Clube à manutenção e formação de equipes competitivas é vista com muito desânimo pelos professores diretamente atingidos por esta medida, pois acreditam que a base esportiva do Brasil está nos Clubes.

Praticamente todos os professores, desde os mais antigos aos mais novos no Clube, desconhecem (e não demonstram interesse e importância em conhecer) os objetivos mais gerais da instituição, seus Estatutos e o que está ocorrendo com as outras modalidades e com os outros setores do Clube. Muitos afirmam que vão ao Clube somente para "dar sua aulinha".

O planejamento de trabalho dos professores, salvo algumas exceções, não é elaborado com base numa bibliografia específica, mas muito em função da experiência prática dos mesmos e pude constatar que não existe uma organização explícita das aulas, em termos de objetivos e estratégias. De maneira geral, elas são repetitivas, com poucas inovações.

Os professores entrevistados reconhecem existir ligações entre a educação física e o lazer e diferem com bastante ênfase as atividades recreativas das de treinamento. Seus argumentos são, na grande maioria, muito superficiais, demonstrando concepções muito pouco esclarecedoras acerca deste tema.

A clientela frequentadora do Clube possui, em geral, bom poder aquisitivo (mesmo porque para se associar ao Clube são necessárias várias informações, dentre as quais, os rendimentos financeiros) e a variação etária é bastante grande (de crianças a idosos).

Nas diversas atividades oferecidas pelo Clube a participação dos associados é boa, apesar da rotatividade de frequência dos alunos apontada por alguns professores como consequência da não obrigatoriedade de participação nas atividades.

No que se refere à reciclagem profissional, o Clube não oferece real apoio, promovendo ou incentivando a participação

dos professores em cursos. O aperfeiçoamento profissional fica essencialmente por conta do interesse individual.

Quase todos os professores, graduados em educação física, afirmam que a faculdade pouco contribuiu para o trabalho que estão desenvolvendo e que a vivência como ex-praticante ou a busca de cursos específicos da modalidade, é que garantiu a eles a experiência básica para sua atuação.

A avaliação da Coordenação sobre o trabalho esportivo do Clube acontece basicamente em função dos contatos com os professores durante o ano e através dos associados (14): sugestões e reclamações estão sempre chegando à Diretoria do Clube.

Os baixos salários foram mencionados várias vezes nas entrevistas e muitos afirmaram que não há uma organização geral dos professores que viabilize uma efetiva união para se reivindicar melhores condições salariais, o que gera desânimo e acomodação.

Toda este panorama observado nos setores público e privado, tomando como referência básica o quadro conceitual desenvolvido no primeiro capítulo, nos conduz a uma série de reflexões a respeito desta situação, objeto do próximo capítulo.

Capítulo III

LEITURA DA SITUAÇÃO

As reflexões que serão explicitadas neste capítulo resultam da **minha leitura da situação observada**, o que quer dizer que outras análises poderiam ser pertinentes em relação ao objeto de investigação estudado. Considero importante ressaltar este aspecto, por entender que qualquer interpretação de uma determinada situação reflete a relação dialética que está presente na interação entre sujeito e objeto no processo de construção do conhecimento, ou seja, este processo é fruto de uma interferência recíproca entre ambos.

Este assunto remete ao problema da subjetividade e da objetividade na construção do conhecimento científico, o qual caracteriza-se como uma problemática epistemológica bastante complexa e polêmica.

Acredito que não podemos ignorar as inter-relações dinâmicas, as múltiplas influências entre sujeito e objeto no processo de construção do conhecimento, com o risco de incorrerem em grave erro, principalmente em se tratando das ciências humanas. Não há como separar o objeto do sujeito que quer conhecê-lo. Por mais que o cientista insista em buscar "asepsia" na produção do conhecimento, isto é uma ilusão.

Concordo com Rubem ALVES quando diz que "(...) não é possível ao investigador ficar de fora dos problemas que ele investiga. É necessário tomar partido." (1983, p.70); e também quando afirma que "(...) os *mesmos fatos* adquirem sentidos *totalmente diferentes*, dependendo do *contexto explicativo* em que são colocados." (1985, p.133) O contexto explicativo elaborado pelo cientista (observador que observa com os olhos - conjunto de "ferramentas" - que tem para observar) consiste numa criação e interpretação que precisa estar fundada na

concretude do objeto investigado para que não se torne pura abstração, desconectada da realidade.

Neste sentido, procurei ao longo da pesquisa empírica compreender com clareza o objeto pesquisado, tentando me distanciar de minhas opiniões pré-concebidas, porém consciente de que esta compreensão me inclui enquanto sujeito historicamente situado, cujos valores, construídos por meio de uma relação dialética com a realidade sócio-cultural, influenciam minhas reflexões e posicionamentos.

Esta leitura não foi realizada sozinha; pelo contrário, é fruto do diálogo com os autores consultados na pesquisa bibliográfica e, também, do contato direto com o orientador deste trabalho.

O eixo central da discussão - a atuação do profissional da educação física -, está apoiado nas reflexões suscitadas a partir do cotejo entre as situações verificadas em ambos os setores considerando os diferentes aspectos organizacionais das instituições, os quais influenciam diretamente a ação dos professores.

Considero que o panorama geral constatado nestes locais pode ser ampliado para outras instituições semelhantes a estas. (15)

No setor público, apesar da pesquisa ter sido realizada apenas em duas das quinze Praças de Esporte do Departamento Municipal de Esportes (DME), a situação verificada nestes locais, levando especialmente em conta as entrevistas com os professores, reflete a situação mais geral do Departamento. (16)

No caso do setor privado, a pesquisa abrangeu quase a totalidade da instituição já que o Clube possui apenas duas Praças e a investigação se deu em uma delas, a Praça de Campinas, Sede do Clube, onde ocorre o maior número de atividades.

Ambos os setores caracterizam-se como instituições sem fins lucrativos, sendo que no setor público a abrangência dos serviços deve atender toda a comunidade e no setor privado esta abrangência se restringe à comunidade associada ao Clube, que colabora financeiramente por meio do pagamento das mensalidades. A colaboração financeira dos associados ao Clube está diretamente relacionada com a manutenção da entidade, estando explícito em seus Estatutos sua finalidade não econômica.

No que se refere ao aspecto "prestação de serviços" - o lazer visto como "produto" -, há diferenças acentuadas entre os dois setores, as quais estão diretamente relacionadas aos recursos disponíveis, de maior monta nos Clubes Particulares do que nas Praças de Esporte. Desta forma, existe uma maior diversidade de opções de atividades relacionadas aos interesses físicos no lazer nos Clubes.

Julgo importante abordar as diferenças de atitude da clientela de cada um destes setores em relação a este aspecto de "prestação de serviços", por compreender que estas diferenças denotam, entre outras coisas, o problema mais geral da sociedade brasileira relativo à visão do brasileiro a respeito da coisa pública.

Para começar, podemos observar uma diferença inicial marcante entre a clientela frequentadora dos Clubes Particulares e a das Praças de Esporte em relação ao fator econômico, que permite englobá-las, de maneira geral, da seguinte forma:

nos Clubes, encontramos classes sociais mais favorecidas, com disponibilidade financeira para pagar as mensalidades, e nas Praças, encontramos classes sociais menos favorecidas, sem condições econômicas suficientes para frequentar o setor privado.

Partindo do princípio de que a condição econômica de um grupo exerce influências muito fortes nas suas relações com a vida sócio-cultural, esta diferença econômica entre as clientelas caracteriza-se como um primeiro fator relevante para o entendimento da postura dos usuários frente ao que é oferecido em ambos os setores.

Nos Clubes, o associado exerce o direito de exigir e reclamar por um bom atendimento, tendo como suporte básico para esta exigência o pagamento das mensalidades. Caso a oferta dos serviços não esteja de acordo com as suas necessidades e expectativas, o associado pode procurar outro Clube, o que não é de interesse da instituição, a qual procura mantê-lo satisfeito. Além disso, a clientela, em geral, é composta por pessoas com bom nível de escolaridade, mais bem informadas e esclarecidas, e que exigem mais os seus direitos.

O mesmo não ocorre nas Praças de Esporte pois, quando a população percebe a sua existência (a maioria das pessoas nem sabe que elas existem ou para que servem) e vai procurar os seus serviços, dá-se por satisfeita pelo que lhe é oferecido, por acreditar que como é de "graça", qualquer coisa serve (como se não existissem impostos), não percebendo o seu direito de reclamar por qualidade de atendimento. Considerando que se trata de uma clientela de baixa renda e, portanto, com problemas visíveis de escolaridade, torna-se mais grave a falta

de clareza e consciência sobre seus direitos, gerando um atitude cada vez mais passiva.

Não pretendo com estas observações transmitir uma idéia simplista sobre as características das clientela e suas atitudes, ou até mesmo fazer uma relação direta entre escolaridade e exercício consciente da cidadania (o que seria ignorar os sérios entraves que o sistema educacional brasileiro vem enfrentando), mas, tão somente, evidenciar tendências predominantes.

Um outro fator importante e fundamental para a compreensão desta atitude passiva dos usuários das Praças de Esporte, o qual extrapola esta questão do poder econômico da clientela, está associado ao problema do descrédito predominante na sociedade brasileira, em seus diversos segmentos, em relação à coisa pública, muito em função das sucessivas decepções sócio-políticas e do desrespeito à cidadania que o povo brasileiro vem sofrendo há anos, por conta de um Estado altamente anti-democrático e elitista, voltado quase que exclusivamente para os interesses de uma minoria detentora do poder econômico.

Este descrédito com a coisa pública, amplamente assimilado por nós, brasileiros, tornando-se inclusive parte da nossa cultura, colabora para esta atitude passiva da população em geral diante dos serviços públicos: acabamos por nos satisfazer com o que é oferecido, passando a nos "acostumar" com patamares cada vez menores, o que conduz ao grave risco de perdermos a sensibilidade do ótimo na medida em que o "bom" satisfaz. E esta atitude se agrava, na minha opinião, quando se trata do lazer, considerado uma "sobremesa" em nossa sociedade.

Entretanto, faz-se necessário levar em conta, em contraposição a este Estado anti-democrático e elitista, as diversas tentativas de democratização da sociedade brasileira que vem se dando aproximadamente a partir dos últimos dez anos, através de iniciativas de representantes populares no Governo bem como de grupos organizados no interior da sociedade, cabendo destacar neste processo o papel que tem sido desenvolvido por alguns partidos políticos que possuem objetivos claros de transformação social, política, econômica e cultural.

Este processo de democratização da sociedade brasileira, certamente um desafio bastante complexo, nos leva a crer que o completo descrédito da população em relação à coisa pública está sofrendo mudanças positivas, embora ainda incipientes. Para que esta mentalidade (se assim posso dizer) do brasileiro se modifique serão necessários ainda muitos sinais concretos de que o Estado esteja cumprindo seus deveres para com a população. Sem esquecer, no entanto, que numa sociedade democrática, todos temos o direito e o dever de participar nas decisões do Estado.

Posso citar, como um exemplo concreto de colaboração para esta mudança de mentalidade e atitude, o Conselho de Usuários implementado em algumas Praças de Esporte, o qual funcionou como um elemento de divulgação dos serviços e controle dos mesmos, uma vez que os usuários ficavam **informados**, opinavam e acabavam por exigir seus direitos. Alguns professores entrevistados, inclusive, reclamaram deste procedimento, alegando que as pessoas se intrometiam em suas aulas, controlando as atividades, opinando sobre elas e reclamando de eventuais faltas.

Ao meu ver, o caminho para uma efetiva participação requer esta "intromissão" dos usuários nos serviços prestados tanto pelos órgãos públicos, aos quais todos temos (ou deveríamos ter) acesso, quanto pelos órgãos privados. Esta iniciativa de formação de conselhos nos mostra que é possível encontrar caminhos na direção da participação da população nos serviços prestados pelo setor público.

Infelizmente esta iniciativa não teve prosseguimento quando das mudanças sucessivas de Diretoria da DME (o que, aliás, ocorre frequentemente no setor público) e até a finalização do trabalho de campo não constatee pressões da comunidade para que se instalasse novamente o Conselho de Usuários.

Quanto à divulgação dos serviços à clientela dos Clubes e das Praças de Esporte, penso que ela consiste num elemento fundamental para a participação nas atividades. É através da divulgação que os possíveis interessados em participar receberão as primeiras informações e tomarão contato com o que é oferecido, podendo procurar pelos seus serviços caso haja interesse e **disponibilidade**. Nesta perspectiva, a divulgação pode ser considerada como um componente fundamental da informação - condição essencial para o processo de participação.

A divulgação no setor privado acontece de maneira mais organizada que no setor público, através de um jornal mensal que é enviado à residência dos associados, além de cartazes espalhados pelo Clube. Penso que estas maneiras básicas de divulgação funcionam positivamente como veículo de informação.

No setor público, a divulgação das atividades é feita basicamente pelos professores nas escolas e núcleos próximos às Praças e devido às restrições para a saída dos mesmos e à

precariedade de recursos para este processo (que esbarram na máquina burocrática), ela se torna insuficiente e sem eficiência. Daí o fato comum da população em geral nem sequer saber da existência das Praças de Esporte.

No meu entender, a divulgação deveria partir do próprio DME, em conjunto com outros Departamentos da Prefeitura, apoiando o trabalho dos professores, oferecendo panfletos e cartazes para serem distribuídos nas proximidades das Praças, porém, ampliando o processo através da utilização de vários mecanismos possíveis, como por exemplo, jornais, rádio, etc.

É interessante notar que, quando se trata da realização de eventos pelo Departamento, geralmente em conjunto com instituições privadas, a divulgação ocorre de forma bastante organizada e eficiente, levando a crer que o interesse está muito mais direcionado à propaganda de "situações eventuais" (o que reverte em futuras eleições) do que ao desenvolvimento de um trabalho cotidiano com seriedade e que objetive realmente o envolvimento diário das pessoas naquilo que lhes pertence como cidadãos.

Não tenho a intenção de desconsiderar, com estas afirmações, a importância da realização de eventos como momento de congregação das pessoas e grupos, mas enfatizar que o caráter justamente eventual pode mascarar a falta de uma devida preocupação e importância com as realizações do dia a dia, com a vida diária dos Centros Esportivos.

No que concerne à estrutura dos locais, conforme dito anteriormente, o setor privado conta com melhores recursos que o público, propiciando, portanto, uma maior variedade de opções aos usuários, como também um melhor atendimento. Neste

sentido, na comparação entre ambos, os Clubes oferecem melhores possibilidades para a vivência dos interesses físicos no lazer. Esta constatação, vista mais abrangentemente, recai sobre a questão do fator econômico permeando o conjunto de barreiras à vivência do lazer: a parcela da população, que pode pagar pelo seu lazer no setor privado, recebe mais e melhores benefícios que a grande maioria da população, a qual não pode ter acesso a estes locais e fica submetida à escassez oferecida pelo setor público. Isto pode ser verificado inclusive pelo horário de funcionamento dos locais. No setor privado há atividades durante todo o dia, inclusive à noite, possibilitando aos sócios que trabalham o acesso a atividades no seu "tempo disponível". Já nas Praças de Esporte, o horário das atividades essencialmente matutino e vespertino, impossibilita a participação da comunidade trabalhadora, privilegiando principalmente as crianças, e ainda assim, as que não possuem obrigações durante o dia.

Entretanto, apesar destas diferenças marcantes em relação à estrutura dos locais e aos recursos disponíveis, não verifiquei diferenças significativas entre a atuação dos profissionais da educação física que trabalham com os interesses físicos no lazer, comparando os setores público e privado, nos casos estudados.

A questão básica que pretendo aprofundar, partindo da consideração de que uma ação de qualidade na área exigiria que o especialista em educação física trabalhasse na perspectiva do animador cultural é a seguinte: os professores vêm, ou não, atuando na linha do animador cultural?

Para responder a este questionamento, abordarei diferentes aspectos que vão desde as concepções e ações dos professores

até pontos relativos ao intercâmbio de ações no interior destes locais e às políticas de lazer, procurando revelar nuances próprias da situação em cada setor, as quais caracterizam o agravamento ou a atenuação dos problemas semelhantes encontrados em ambas as instituições.

Com relação às concepções dos professores sobre educação física, lazer e suas relações, elas são, na maioria, pouco aprofundadas, carentes de uma visão de mundo e de sociedade que integre sua ação profissional particular num projeto mais amplo de transformação da realidade e chegam a apresentar equívocos significativos que se refletem diretamente no seu trabalho.

A exemplo disso, pude verificar como é marcante o contraste (especialmente nas atividades esportivas) entre o "laissez-faire", quando o objetivo é a "recreação" e um direcionamento excessivo do professor, quando o objetivo é formar equipes competitivas, demonstrando uma desvalorização das atividades denominadas recreativas em relação às atividades esportivas com fins competitivos. Nas primeiras, a ausência de objetivos bem claros e definidos, de um planejamento de trabalho, é bem explícita, imperando a filosofia do "laissez-faire"; nas segundas, existe uma maior preocupação com o trabalho, objetivando bons resultados nos campeonatos (quando a participação pode ocorrer), embora, ainda assim, seja raro encontrar um profissional que desenvolva um bom planejamento, extrapolando a sua experiência prática (como ex-atleta, na maioria dos casos) e que esteja fundamentado, paralelamente, numa bibliografia especializada.

Desta forma, nas atividades recreativas, dentre elas o esporte recreativo, tudo pode, tudo cabe ... qualquer coisa

serve; ao contrário, no esporte competitivo, só pode aquilo que condiz com as suas regras oficiais e que permite o desenvolvimento técnico dos praticantes e sua prática é levada mais "a sério" tanto pelos dirigentes, quanto pelos professores e jogadores. Esta situação vem, mais uma vez, confirmar a opinião comum de que o lazer e a recreação são pouco importantes, supérfluos, por não pertencerem à lógica da "seriedade" e da produtividade que permeia outras esferas da vida social.

No entanto, constatei no setor privado uma preocupação maior com o lazer do usuário, presente no interesse pelo oferecimento de atividades para faixas etárias superiores, nas quais não há mais possibilidades competitivas. O Coordenador Geral de Esportes enfatizou a necessidade do Clube atender o associado no seu lazer. Mesmo assim, em se tratando das faixas etárias menores, é vista com mais seriedade a atividade competitiva que a recreativa, embora haja dificuldades de ordem financeira para a manutenção das equipes.

Chamou-me a atenção no setor público a visão equivocada do Diretor de Esportes do DME sobre a educação física e o lazer, desconectando as finalidades das Praças de Esporte da questão do lazer e afirmando, ainda, que no órgão público estas áreas devem ser específicas e separadas (o que de fato foi objetivado quando desvincularam a Seção de Recreação do DME e, por sua vez, o DME da Secretaria de Cultura, demonstrando claramente uma visão reducionista por parte da Administração).

Retornando especificamente ao trabalho dos professores, nota-se que os objetivos de trabalho, bem como as estratégias utilizadas para o seu desenvolvimento são bastante semelhantes nos diferentes setores e estão direcionados predominantemente

ao gênero da prática (negligenciando os gêneros relacionados ao conhecimento e ao consumo). (17) Isto demonstra que, apesar do gênero da prática em relação aos interesses físicos no lazer não ser o mais difundido socialmente, em especial em função das barreiras sócio-culturais verificadas na vivência do lazer, na ação dos professores essa dimensão dos gêneros é basicamente a única valorizada. Concordo com MARCELLINO ao associar esta ênfase a uma falsa distinção entre atividade e passividade, asseverando que

"(...) atividade ou passividade não está contida na ocupação em si mesma, nem é determinada por ela, mas sim pela atitude que o indivíduo assume quando da prática ou do consumo. Dessa forma, o expectador pode ser até mais ativo do que o praticante." (1983a, p.45)

Restringindo sua ação aos recursos disponíveis, há uma tendência à acomodação (mais marcante nos professores formados há bastante tempo, obviamente variando de acordo com as características individuais) à situação como se apresenta. As possíveis melhoras, que eventualmente ocorrem, não passam de esforços individuais.

A situação geral demonstra que, com relação à **competência técnica**, pode-se verificar alguma preocupação de uns poucos professores, especialmente dos recém-formados (ainda que não suficiente, na minha opinião, para realmente possibilitar um constante avanço na qualidade do trabalho), embora não ocorra incentivo **efetivo** das instituições para um processo de reciclagem profissional.

No tocante ao **compromisso político** (ou "espírito" da ação, para Melo de CARVALHO) a situação é bastante grave, uma vez que os professores, na sua imensa maioria, não demonstram uma

consciência clara do significado social de sua ação, a qual acaba por se caracterizar como uma atividade reprodutora dos valores predominantes em nossa sociedade e, portanto, incompatível com um movimento cultural de transformação.

Pude observar, particularmente em função das entrevistas, a ausência de uma organização dos professores enquanto grupo, levando a uma desmobilização que dificulta a elaboração de trabalhos em equipe (indispensável para um intercâmbio de informações que possibilite um planejamento e desenvolvimento conjunto de projetos, relacionados especificamente aos interesses físicos e extrapolando para outros interesses no lazer), bem como a conquista de melhores condições de trabalho.

Os baixos salários, em ambos os setores, é um problema relevante que precisa ser considerado como um fator negativo na ação dos professores: bom salário não é sinônimo de qualidade na ação; entretanto, baixo salário não estimula nenhum profissional para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

No setor privado, no qual os professores são horistas, a possibilidade de encontro e organização dos mesmos fica comprometida e no caso da organização se agrava pela ausência de segurança no emprego (podem ser demitidos a qualquer momento), a qual inibe certas reivindicações em conjunto (como por exemplo, aumento salarial). No setor público, apesar das reuniões semanais por modalidades, da permanência dos professores nas Praças por longos períodos e da segurança no emprego (típica dos órgãos públicos), gerando boas possibilidades de ação em conjunto, a organização do corpo de profissionais igualmente não acontece. Curioso é observar que a maioria dos professores, nos dois setores, reclamam desta falta de união e

organização; porém, não constatei nenhuma iniciativa em direção à melhoria desta situação.

Penso que o fato de nas Praças de Esporte os professores permanecerem por longos períodos, diferentemente do setor privado, onde eles são horistas (e não recebem nenhuma remuneração extra por eventuais reuniões), deveria facilitar o intercâmbio e a integração entre os professores propiciando o desenvolvimento de ações em equipe. Apesar disso, esta possibilidade não tem sido aproveitada pelos professores e, menos ainda, pelo DME enquanto organizador das diretrizes de ação.

Cotejando as entrevistas e a observação sistemática, evidenciei que não existem diferenças significativas entre o discurso e a ação dos profissionais em ambos os setores, apesar de certos exageros de clientela e de, em alguns casos, o discurso ser mais elaborado do que a ação.

No setor público, ficou evidente o choque de informações entre as declarações feitas pelo Diretor de Esportes e a maioria dos professores entrevistados, demonstrando clara incoerência entre o discurso e a prática do mesmo. Cito, como exemplo, a afirmação do Diretor de que a comunidade local das Praças recebia boa divulgação dos seus serviços e deles participava amplamente. Em várias oportunidades encontrei as Praças vazias, em horários em que supostamente deveriam estar cheias.

Tanto no setor público, quanto no setor privado, são muito poucos os professores que têm um conhecimento claro, ou até mesmo superficial, sobre a organização geral das instituições em que trabalham, seus objetivos mais gerais, relacionamento entre as partes, enfim, seu funcionamento como um todo. Desta

forma, torna-se praticamente inviável que cada ação individual esteja orientada no sentido geral pretendido pela instituição.

O grande entrave nessa relação ação individual/ação institucional é que nem mesmo as próprias instituições (no caso do setor público estou me referindo particularmente ao DME) apresentam uma filosofia clara, explícita de trabalho, que encaminhe a atuação dos profissionais, no que se refere aos interesses físicos no lazer e muito menos nas suas relações com os demais interesses no lazer.

As orientações, oriundas de objetivos mais imediatistas, são dadas diretamente pelos coordenadores aos professores "executores", sem que haja um verdadeiro entrosamento entre as partes que permita uma troca de informações necessária à construção de uma ação conjunta. Verifica-se, portanto, que a qualidade do trabalho, quando existe, está muito mais restrita a um esforço individual, que vinculada a um projeto conjunto de atuação.

Constatedei claramente a existência de uma separação entre a direção e a execução (o que, segundo CHAUI, caracteriza-se como o ponto de apoio da dominação contemporânea) em ambos os setores, com agravantes no público.

No setor privado, embora as orientações sejam decididas e partam diretamente da Diretoria do Clube, segundo os professores, tem ocorrido uma maior valorização dos mesmos a partir da entrada do atual Coordenador Geral de Esportes, o qual assumiu uma postura pessoal de levar em conta as opiniões dos professores.

Já no setor público, a maioria dos professores explicitou claramente o seu descontentamento pela forma impositiva com que as orientações vêm sendo transmitidas, contrariamente ao que vinha acontecendo nas duas gestões anteriores, especialmente a primeira. E considero ainda mais grave esta situação, uma vez que o próprio Diretor de Esportes do DME, o qual está à frente das decisões, nem sequer possui formação na área.

Esse quadro geral demonstra que em ambos os locais pesquisados não existe um diálogo efetivo entre os profissionais que atuam diretamente com a clientela e a instituição, na figura dos profissionais que ocupam os cargos de Diretoria. As ações ocorrem desconectadamente, desarticuladas e separadas, e as avaliações do trabalho desempenhado se efetuam por meio de realizações soltas e esporádicas, não cumprindo o seu importante papel de promover o redimensionamento das ações. Verifica-se uma falta generalizada de estímulo e vontade para superar as dificuldades e as barreiras encontradas no desenvolvimento do trabalho, até compreensível se levarmos em conta esta situação, mas que não se justifica, principalmente quando acreditamos na capacidade do ser humano de ser crítico e criativo.

Por tudo o que foi explicitado anteriormente, e enfatizando a ausência de uma política de lazer que não o reduza à condição de um serviço oferecido, mas que além da consideração das atividades, reconheça a importância do valor de **desenvolvimento no lazer** e, portanto, da dimensão educativa que deveria nortear a ação do profissional, colaborando assim para uma vivência dos interesses físicos no lazer enquanto **processo**, posso afirmar que a atuação do profissional da educação física no lazer (ou de outros indivíduos sem formação acadêmica, demonstrando a presença de leigos nesta área) em ambos os

setores, não vem se desenvolvendo na linha do animador cultural. Os professores, atuando como **meros instrutores de atividades**, não têm agido como animadores culturais, "animando" os participantes para o descobrimento e o desenvolvimento de suas potencialidades enquanto indivíduo e enquanto grupo. As noções de facilitação, clarificação, catalização e promoção, enquanto definidoras da animação cultural a ser desenvolvida pelos professores de educação física (cf. Melo de CARVALHO, cap.I, p.71), estão muito longe das ações realizadas nos casos estudados.

O que se observa, portanto, é que a atuação do professor de educação física no lazer tem servido para colaborar com a manutenção de toda a situação que aí está, principalmente porque não se realiza um trabalho efetivamente em equipe - nem entre os professores de educação física, quanto mais entre os diferentes profissionais que atuam no lazer - capaz de gerar uma ação interdisciplinar que contribua para mudanças concretas na área do lazer e, conseqüentemente, na realidade sócio-cultural. Sem esquecer a complexidade que envolve todo este processo de transformação.

A ausência de uma consciência profissional mais ampla que possa orientar a ação dos professores, no sentido do desenvolvimento de **novos valores** - contestadores dos valores incutidos socialmente, em especial pelos veículos da indústria cultural e que se constituam em sementes fecundas para a construção de uma nova sociedade -, acaba por contribuir para a acentuação das barreiras à vivência do lazer (caracterizadas como todo inibidor, por MARCELLINO), por propiciar vivências no lazer em níveis elementares ou conformistas, e, enfim, por confirmar os vários riscos na atuação de especialistas na área

do lazer, comprometendo profundamente a ação do profissional da educação física no lazer como animador cultural.

Todo esse quadro revela uma falta de preparo do profissional para atuar nesta área, a qual recai sobre a problema da **formação profissional** em educação física no Brasil, que, embora tenha sofrido avanços nesta última década, de maneira geral, ainda tem muito por fazer neste campo específico relacionado ao lazer. É urgente a necessidade de se superar uma concepção equivocada de lazer que o desvaloriza ao associá-lo diretamente à filosofia do "laissez-faire" (na qual qualquer coisa serve, principalmente quando quem participa do processo pertence a um grupo social menos favorecido) e que julga desnecessária uma boa qualificação profissional para atuar nesta área, capaz de aliar a competência técnica ao compromisso político. Essa postura compromete o desenvolvimento de um trabalho de qualidade em que caiba sim a liberdade de ação, mas que objetive, igualmente, o desenvolvimento das potencialidades das pessoas nele envolvidas.

Os interesses físicos no lazer têm contado majoritariamente com a atuação dos profissionais da educação física, sendo mínima a presença de leigos em ambos os setores (18) e as intenções apontam para que novas contratações privilegiem os profissionais graduados em educação física. Este fato confirma, ainda mais, que está realmente aberto um campo de atuação que temos a responsabilidade de ocupar com seriedade e competência. E para mim, o caminho da seriedade e competência (com vistas a uma atuação em equipe, a começar pela própria instituição, extrapolando para outros setores, numa perspectiva de transformação da situação institucional particular e, mais amplamente, da situação social como um todo) passa,

necessariamente, por uma capacitação profissional na linha do animador cultural.

A realização de um trabalho de qualidade nas Praças de Esporte e nos Clubes Particulares, em que haja uma efetiva participação dos usuários, colaborando para vivências em níveis criativos e para a busca de novos valores como crítica e superação dos "velhos" valores predominantes em nossa sociedade, depende simultaneamente da formação de quadros para atuar na área e de uma política de lazer séria e eficaz, que oriente as diversas ações dentro da instituição.

É indiscutível a importância dos Clubes Particulares e das Praças de Esporte como Centros de Lazer onde a população possa buscar atividades relacionadas especialmente aos interesses físicos no lazer, mas não exclusivamente a eles.

Falando a respeito de associações, dentre elas os Clubes, sejam eles "populares" ou "da burguesia" (no nosso caso, as Praças de Esporte e os Clubes Particulares, respectivamente), concordo com Melo de CARVALHO que

"O clube, em termos gerais, e o desportivo, em termos específicos, constitui uma célula social de grande importância comunitária. É nele que aspectos fundamentais da cultura podem tomar corpo e é, também, no seu seio que o cidadão pode encontrar solução para a necessidade humana de estabelecer relações enriquecedoras com outros indivíduos". (s.d., p.32)

Nesta perspectiva, acredito que os casos investigados ganhariam legitimidade, se o seu trabalho essencial estivesse em fomentar o estabelecimento de relações enriquecedoras, nas quais houvesse uma constante interação entre os profissionais (especialistas), entre os usuários (população em geral) e

entre ambos, capaz de garantir que os seus objetivos e ações não se restringissem ao oferecimento de produtos prontos e acabados, mas englobassem igualmente a imprescindível tarefa de criar mecanismos e condições para que a clientela efetivamente opine e participe do processo de elaboração e vivência do lazer nestes locais, o que favoreceria a troca, o diálogo necessário entre o "especialista " e o "usuário", quando se tem em vista uma ação democrática e transformadora. E enfatizo o papel fundamental dos animadores de orientação dos usuários neste processo, por meio de suas especialidades e aliando sua competência técnica e compromisso político para a concretização de suas ações.

Ambos os setores investigados deixam muito a desejar quanto a este aspecto referente à legitimidade. As finalidades e os objetivos mais gerais destas instituições, no que diz respeito aos interesses físicos no lazer, carecem de profundas reformulações e redimensionamentos. Não é meu intuito, com estas afirmações, simplesmente condenar o que vem sendo feito, mas alertar para o fato de que há ainda muito mais para se fazer.

Outro ponto importante consiste na não participação efetiva dos usuários nas decisões, nos dois setores, apesar de no setor privado o associado, em geral, ter a prática de exigir pelos serviços prestados e de sugerir novas idéias. Isto demonstra, em última análise, que é apenas o "especialista" quem está tomando as decisões referentes ao lazer dos usuários, embora sejam estes últimos os que decidem (caso tenham disponibilidade) sobre sua presença ou não nos serviços oferecidos. No caso do setor público, ainda, numa análise mais

rígida, nem podemos dizer que isto ocorre, já que o atual Diretor de Esportes nem possui graduação na área.

O panorama geral das instituições investigadas, apesar de eu não ter verificado diferenças acentuadas entre a atuação do profissional da educação física em ambos os setores, leva-me a crer que a situação no setor público é mais alarmante, uma vez que sua função essencial de atender toda a população (inclusive os que têm acesso ao setor privado) com os seus serviços, não tem se concretizado nada satisfatoriamente, considerando, em especial, o número elevado de impostos a que o povo brasileiro está submetido. A excessiva escassez de recursos configura um sério paradoxo: o setor público que deve atender toda a comunidade dispõe de muitos menos recursos que o setor privado que deve atender uma comunidade bem restrita.

A grave deficiência do setor público em atender satisfatoriamente toda a população, em vários setores (saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer, etc...), não é nenhuma novidade para nós, brasileiros, configurando um descrédito da população em geral em relação aos seus serviços, conforme dito anteriormente. Esta deficiência está associada a várias causas (desde a corrupção governamental, até a má vontade política, passando pelos equívocos de uma associação errônea entre políticas públicas e assistencialismo) que levaram o Brasil a ser enquadrado pela Organização da Nações Unidas (ONU) na categoria especial dos países que jogam dinheiro fora. (CRISTAN, 1990, p.187)

Esta classificação feita pela ONU denuncia a urgência e necessidade da implementação de políticas públicas (no nosso caso específico, de políticas de lazer) que garantam que os recursos

arrecadados pelo Estado sejam utilizados para o benefício de toda a população. (CRISTAN, 1990, p.188)

Segundo Mara Lúcia CRISTAN, as articulações entre o setor público e o setor privado têm geralmente ocorrido sobretudo por meio de políticas públicas baseadas nas leis de mercado ("onde cada um paga pelo que consome"), nas quais os recursos públicos são transferidos para a empresa privada através da prestação de serviços ao Estado. (1990, p.188) Esta mesma autora afirma que

"(...) a exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão, uma fragmentação institucional que, por falta de mecanismos públicos de controle, abre espaço para o livre movimento de interesses privados no aparelho do Estado (...)", (1990, p.187)

somada à distribuição das políticas públicas fundada em favores e estratégias clientelistas do atendimento de reivindicações populares, têm trazido resultados desanimadores nas políticas públicas brasileiras. (idem) E, especificamente com relação às políticas públicas para o setor do esporte e do lazer, a autora diz que os resultados vêm sendo igualmente reprodutores de um sistema de desigualdades predominante na sociedade. (1990, p.188-189)

Mesmo concordando com esta autora que os resultados das políticas públicas brasileiras de maneira geral, e especificamente no setor do esporte e do lazer, têm sido desanimadores, acredito ser de grande importância considerar que as intenções e as ações do Estado (ou de qualquer instituição) não possuem via única, o que quer dizer que não estamos diante de uma relação de causa e efeito. Pelo contrário, é preciso que se leve em conta o movimento dialético presente nas relações entre o Estado e a sociedade e, neste sentido, penso que seria mais

correto falarmos em termos de predominâncias do que em termos deterministas. A este respeito, Bárbara FREITAG, falando sobre políticas sociais diz que "(...) as diferentes políticas sociais se desdobram em *movimentos dialéticos* com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado." (1987, p.31) Em suma, a complexidade dos mecanismos que envolvem a elaboração e implementação das políticas públicas (e, em certa medida, das políticas do setor privado) nos obriga a reconhecer que os resultados são quase sempre inesperados, o que significa que as intenções iniciais não desembocam necessariamente nos resultados almejados.

Retornando ao caso específico das instituições pesquisadas, a ausência de uma política de lazer séria e eficaz, na perspectiva que venho tratando, é claramente constatada nos dois setores, fato que, ao meu ver, contribui significativamente para os problemas verificados, analisados ao longo deste capítulo. Uma política de lazer séria e eficaz que possa orientar uma ação de qualidade, necessita ir além da consideração das atividades e fornecer os subsídios necessários para que a instituição se situe diante do seu papel na sociedade e possa agir em direção à melhoria da qualidade da vivência do lazer dos seus usuários, o que corresponde colaborar para a melhoria das condições indesejáveis de vida da nossa sociedade.

Considerando o campo do lazer como **um dos canais viáveis** para transformações sócio-culturais e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, é imprescindível que os profissionais que atuam no lazer aliem a competência técnica necessária ao desenvolvimento do seu trabalho ao compromisso político de

buscar a implementação de uma política de lazer que não se restrinja à organização de eventos esporádicos e desarticulados, mas que se assente num projeto amplo de atuação em vários níveis: política de atividades, de localização de equipamentos específicos e utilização de equipamentos não específicos, de ampliação do "tempo disponível" do trabalhador e de reciclagem e formação de pessoal para atuar na área. (CAMARGO, 1985, p.3-7)

Nelson Carvalho MARCELLINO, falando sobre política de lazer, diz que esta deve contemplar as discussões nas diferentes esferas do fazer cultural, salientando que se constata na ação dos órgãos públicos, na pesquisa e na legislação, um entendimento parcial e limitado sobre a questão do lazer e sua abrangência. Concordo com MARCELLINO que "Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, *dificulta o estabelecimento de formulação de ações específicas (...)*" (1990b, p.206) E acrescento que o trabalho de campo realizado neste estudo confirma este entendimento parcial e limitado também no setor privado.

Este mesmo autor, abordando diversos aspectos relacionados à política de lazer, ressalta que na esfera da Administração Pública, o âmbito municipal consiste num dos que devem ser considerados, sendo fundamental que sua ação seja diferenciada das demais iniciativas, desde as espontâneas, até as da chamada "indústria cultural". (1990b, p.207) Afirma ainda que o

"(...) papel da Administração Pública Municipal, com relação à Política de Lazer (...) vem se manifestando, nas nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituída pelos 'Calendários de eventos', ou 'pacotes' baixados dos gabinetes 'Técnicos'." (1990b, p.207)

Esta afirmação foi claramente comprovada neste estudo, em especial no que se refere aos interesses físicos no lazer, onde sequer são consideradas pela Administração Municipal, na figura do atual Diretor de Esportes do DME, as relações entre as Praças de Esporte e o lazer da população.

MARCELLINO propõe, ainda, que esta discussão

"(...) passe pelo entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras sócio-culturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Pública Municipal, e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise da situação." (1990b, p.207)

Com relação a este último ponto, fixação de prioridades, o autor considera que este envolve a resposta a algumas questões, dentre as quais, se existe uma estrutura de animação capacitada e atuante. (1990b, p.208)

Torna-se quase impossível imaginar uma política de lazer de qualidade que não conte com uma estrutura de animação capacitada e atuante. Obviamente, além disso, outros pontos são necessários para a implementação de uma política. No entanto, julgo que a concretização de uma ação de qualidade depende direta e essencialmente de uma boa estrutura de animação. Daí a importância da atuação dos especialistas na área do lazer (levando em conta os vários aspectos abordados no capítulo I), os quais devem contribuir não apenas para a implementação das políticas de lazer, como também para as suas avaliações e redimensionamentos.

Joffre DUMAZEDIER, discutindo uma política de animação cultural, propõe como sistema de animação cultural uma **estrutura de animação** cuja representação obedece à forma piramidal. No topo da pirâmide encontram-se os animadores profissionais, de competência geral; em seguida, na próxima camada, aparecem os semi-profissionais, com competências técnicas específicas nas atividades de lazer; e na base da pirâmide, estão os animadores voluntários, que têm a responsabilidade de suscitar as mesmas atitudes em seus companheiros, devendo se constituir em força política. (1975, p.51)

Penso que esta estrutura de animação proposta por DUMAZEDIER, se houver uma comunicação e diálogo constante entre os diferentes animadores, em que a troca de idéias e informações proporcione um redimensionamento permanente das diversas ações, pode se constituir num processo de animação eficaz e abrangente e pode permitir a configuração de vínculos estreitos entre os diferentes animadores (especialistas) e deles com a população em geral, vínculos cujo grau de organicidade pode colaborar para elevar o nível das vivências no lazer.

A diferenciação entre animadores profissionais (de competência geral) e animadores semi-profissionais (de competências técnicas específicas) não me parece adequada, uma vez que todos os animadores que estarão atuando (exceto os voluntários), exercerão uma atividade profissional, enquanto especialistas. Desta forma, todos são animadores profissionais, cuja diferenciação na pirâmide deve se referir apenas à abrangência da competência, geral ou específica.

O profissional da educação física, nesta perspectiva, pode atuar no lazer tanto como animador de competência técnica

específica, quanto animador de competência geral, dependendo da amplitude de seus conhecimentos sobre a área do lazer.

Em ambas as formas de atuação (competência técnica específica e competência geral), considero que o profissional da educação física estará atuando na intersecção entre as áreas da educação física e do lazer, necessitando, portanto, de uma "dupla qualificação" profissional. No caso da competência técnica específica, o que estará em evidência são os interesses físicos no lazer. Já no caso da competência geral, o animador necessitará de uma visão mais abrangente sobre o lazer, o que, do meu ponto de vista, exigirá do profissional da educação física (ou de qualquer outro profissional de outras áreas, que pretenda ser um animador de competência geral), um conhecimento bastante aprofundado sobre a área do lazer, que possibilite vislumbrar os aspectos essenciais para a elaboração de uma ação que incorpore as diversas competências técnicas específicas.

O trabalho de campo realizado neste estudo aponta para a ausência de uma estrutura de animação definida, nos dois setores, o que confirma, mais uma vez, a inexistência de ações em conjunto, em equipes multi, pluri, e muito menos, interdisciplinares. Ouso afirmar, inclusive, que nem mesmo a competência técnica específica dos profissionais da educação física para a atuação com os interesses físicos no lazer tem se desenvolvido com qualidade, conforme os problemas analisados ao longo deste capítulo.

Entretanto, apesar de toda a situação adversa, observada em ambos os setores, levando em conta especialmente que a atuação do profissional da educação física está bem distante da perspectiva de atuação do animador cultural, acredito que não

podemos desconsiderar o que vem sendo feito nestas instituições em função dos problemas detectados, com o risco de desperdiçarmos estes espaços e assumirmos uma postura idealista, emperrada e extremista. Ao contrário, devemos descobrir nestes setores, a partir da leitura da situação (a qual novamente saliento que é fruto da minha interpretação), caminhos que possibilitem "transformar" estes locais em efetivos Centros de Lazer, onde a participação e a integração entre os diferentes grupos de profissionais e a clientela de trabalho, sejam a base de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(E o Diálogo continua)

Chego ao final deste trabalho sem a intenção de encerrar o diálogo a respeito da atuação do profissional da educação física na área do lazer, pois acredito que a complexidade deste tema não permitiria esgotá-lo apenas com este estudo. Pelo contrário, "(...) o diálogo é uma exigência existencial" (FREIRE, 1985, p.93) cuja dimensão de troca (dimensão esta que aliás tem se tornado rara nos "monólogos em grupo" que os "donos do saber" têm travado na academia) exige que outros estudos, com outras perspectivas, sejam realizados para que o diálogo sobre o tema em estudo se enriqueça e se desenvolva cada vez mais em direção à sua compreensão.

Neste sentido, minha intenção neste momento final é anunciar algumas medidas (a partir da Leitura da Situação) que poderiam colaborar para a melhoria do quadro geral em que se encontra a intervenção do profissional da educação física na área do lazer.

Conforme foi amplamente discutido no terceiro capítulo, a situação geral verificada nos revela e denuncia inúmeros problemas que estão dificultando seriamente o desenvolvimento de uma ação profissional de qualidade, em ambos os setores, com agravantes no público, devido à excessiva escassez de recursos.

A começar pela estrutura dos locais e recursos disponíveis há diferenças significativas que favorecem o setor privado, o qual conta com mais recursos podendo oferecer uma maior diversidade de opções de atividades para a clientela frequentadora. Considerando esta dimensão das atividades no lazer (segundo categorização de DUMAZEDIER) o setor público se encontra bastante deficiente e esbarra seriamente em questões burocráticas para a distribuição e utilização dos recursos.

Apesar desta diferença básica em relação à estrutura e recursos, nos demais aspectos analisados existe bastante similaridade entre os dois setores, configurando uma situação geral muito semelhante, especialmente no que se refere à atuação do profissional da educação física.

Poderíamos atribuir os diversos problemas detectados a dois fatores centrais que estão colaborando decisivamente para que a atuação do profissional da educação física, em ambos os setores, não esteja se desenvolvendo com competência e qualidade, ou seja, na linha do animador cultural: 1 - o despreparo profissional; e 2 - a ausência de uma política de lazer séria e eficaz.

Com relação ao despreparo do profissional da educação física para atuar na área do lazer, sem dúvida um dos agravantes mais significativos da situação, o que entra em cena é a questão da formação profissional. Os cursos de graduação em educação física não podem mais se isentar do compromisso de incluir no seu currículo os conhecimentos básicos necessários à capacitação do profissional para atuar na área. E estes conhecimentos, na minha opinião, devem extrapolar os "receituários" de atividades, já presentes na grande maioria das faculdades, incorporando a discussão do lazer enquanto fenômeno urbano-industrial de grande importância e significado na dinâmica sócio-cultural das sociedades contemporâneas.

No que diz respeito ao segundo aspecto, é explícita a ausência de uma política de lazer séria e eficaz que considere o lazer de forma abrangente e que possa orientar as diversas ações no interior das instituições em função do estabelecimento de prioridades. Isto compromete de modo significativo o

conjunto das ações nestes locais, refletindo diretamente na ação do grupo de profissionais. O que ocorre, portanto, é que a atuação do profissional da educação física se dá de forma isolada e restrita, o que reduz os professores a meros "instrutores de atividades". Desta forma, a dimensão educativa da sua ação, considerando-a como um aspecto fundamental para a "função" de desenvolvimento no lazer, fica seriamente comprometida e mesmo quando está presente não se assenta num projeto institucional amplo e integrado.

Em decorrência destes dois fatores principais, podemos vislumbrar a necessidade e a urgência de que sejam tomadas simultaneamente duas medidas fundamentais para a melhoria deste quadro no sentido de que as instituições investigadas se transformem em legítimos **Centros de Lazer**, em especial no tocante aos conteúdos culturais do lazer abrangidos pelos interesses físicos, contando com uma equipe profissional atuante e competente (estou focalizando especialmente o profissional da educação física nesta equipe).

Uma dessas medidas consiste na **formação de quadros para atuar na intersecção entre as áreas da educação física e do lazer, na perspectiva do animador cultural**, cuja forma de atuação foi amplamente abordada neste estudo.

A outra medida se refere à elaboração e implementação de uma **política de lazer** de qualidade para cada um destes setores que, a partir da análise de cada situação particular, estabeleça as prioridades a serem atingidas. Num âmbito maior, seria de grande importância para a área a elaboração de uma **Política Municipal de Lazer** que contemplasse as iniciativas dos diversos setores (inclusive os não investigados neste estudo), com a

finalidade de estabelecer as orientações gerais para as ações específicas de cada setor, obedecendo as suas características próprias.

Dentre os elementos constitutivos de uma política de lazer eu destacaria dois deles que estão intimamente relacionados com a atuação profissional: 1 - uma **política de reciclagem profissional** como um aspecto de extrema necessidade para o constante exercício do aprimoramento das equipes profissionais (uma das condições essenciais para o desenvolvimento de um trabalho cada vez mais eficiente) e também como um fator positivo para o suprimento das lacunas deixadas pelos cursos de formação; e 2 - uma **política de animação cultural** embasada num sistema de animação cuja estrutura garanta uma efetiva comunicação entre os profissionais, articulados em equipes multiprofissionais que busquem um trabalho interdisciplinar, e deles com a clientela, capaz de incentivar e propiciar uma intensa troca de informações que sirva como suporte básico para o planejamento, a avaliação e o redimensionamento das diversas ações, a fim de gerar um equilíbrio entre as decisões dos "especialistas" e as necessidades e interesses da clientela.

Além destes elementos destacados, especificamente em relação ao setor público, considero relevante enfatizar os seguintes aspectos: 1 - a importância de uma **política de informação** que tenha como objetivo principal divulgar as Praças de Esporte, uma vez que a maioria da população desconhece a existência destes locais e fica, portanto, desinformada desta alternativa para a vivência do lazer; 2 - a necessidade de que a política de lazer do setor leve em conta a **realidade local de cada Praça** para o estabelecimento de prioridades específicas e se preocupe em criar mecanismos que favoreçam a agilização do processo de

tomada de decisões para facilitar o trabalho local que está sempre esbarrando no problema da centralização do Departamento Municipal de Esportes (o qual está associado ao problema mais geral da centralização dos órgãos públicos brasileiros) que somado ao da burocracia, dificulta de modo expressivo as resoluções "cotidianas" de cada Praça.

Se observarmos a atual situação, a concretização dessas medidas pode parecer um sonho impossível sobre o qual os mais "realistas" proclamariam a sua inviabilidade.

Entretanto, se resgatarmos a dimensão utópica do sonho recuperamos a sua viabilidade e podemos fazer nascer a esperança de que aquilo que não é pode vir a ser.

José Teixeira COELHO NETO, no seu livro O que é utopia, fala sobre uma força contraditória inerente ao ser humano e às sociedades humanas que nos leva a nos opor à situação decepcionante e nos impulsiona a buscar a realização daquilo que queremos tornar realidade. Para ele o nome mais perto do adequado para essa força de contradição é **imaginação**, mas não uma imaginação comum:

"Tem de ser uma imaginação exigente, capaz de prolongar o real existente na direção do futuro, das possibilidades; capaz de antecipar este futuro enquanto projeção de um presente **a partir daquilo que neste existe** e é passível de ser transformado. Mais: de ser melhorado." (p.8)
(grifo meu)

O autor está falando da **imaginação utópica**, a qual sempre existiu, sob pena do aniquilamento do ser humano e cujo

"(...) lastro é o da realidade da própria antecipação visada, a única realidade plausível que existe. E que se torna responsável pelo

fato de essa imaginação não ser um simples sonho abstratamente utópico e, sim, uma imaginação utópica concreta." (p.9-10)

Esse tipo de imaginação nada tem a ver com a futurologia porque ela

"(...) trabalha com os dados reais e, também, com a vontade do homem, que permanece no controle do projeto (...) é um pro-jeto, algo que o homem lança à sua frente para, a seguir partir em busca de sua consecução (...) é a projeção do sabido, do consciente (...) é propositiva: as coisas, que devem acontecer daquela maneira, *poderão* acontecer se o homem quiser; o homem necessita querer, mas pode não fazê-lo. Pode nutrir hostilidade contra os desejos orientados para e pelo futuro, por temer esse futuro, por estar inseguro das coisas em geral e, no fundo, de si mesmo; por ser um conservador, em suma - e neste caso a imaginação utópica não se concretiza." (COELHO NETO, 1985, p.10-11)

Fazendo uso da imaginação utópica o ser humano se torna capaz de melhorar a realidade que é sobretudo uma criação humana. O que não podemos é abdicar do sonho, do **sonho utópico**, com o risco de abandonarmos o rumo da história.

Paulo FREIRE, falando aos educadores sobre uma educação libertadora, alerta para o seguinte: "(...) ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar." (1989, p.101) Penso que este alerta serve para todo ser humano e no nosso caso para os que quiserem dialogar sobre a situação verificada neste estudo.

A dimensão viável, possível do sonho, tem a ver com os limites dos espaços abertos a serem preenchidos, limites que

são históricos e que precisam ser considerados, mas que não podem justificar o imobilismo diante das condições reais adversas.

Precisamos superar uma visão "domesticada" da história onde, segundo Paulo FREIRE, o futuro é visto como repetição do presente, como algo predeterminado. Embora exista uma conexão profunda entre os tempos que se sucedem, não se pode prever com exatidão o que acontecerá no futuro. Tudo isto, porque o ser humano - autor e ator de sua história -, apesar de todas as condições que o limitam, tem a infinita possibilidade e capacidade de criar, por meio da imaginação, o seu presente e o seu futuro, gerando uma permanente imprevisibilidade e indeterminação quanto ao que está por vir. O devir não é uma doação do presente, mas uma criação que vai sendo gestada pelos seres humanos a partir do aqui e agora.

Nosso grande desafio consiste em construir o nosso sonho, sem o "(...) o medo de viver o risco do futuro como superação criadora do presente que envelhece." (FREIRE, 1987, p.59) E nos lembra este autor que "(...) a melhor maneira de tornar o impossível possível é realizar o possível de hoje." (1987, p.61)

Proponho que a atuação do profissional da educação física na área do lazer, na perspectiva do animador cultural, particularmente nos setores estudados e, de maneira geral, na sociedade, seja considerada dentro de uma perspectiva utópica, de sonho realizável, de projeto de esperança. Isto significa que apesar de todos os entraves da atual situação podemos melhorar esse quadro (sem desperdiçar o que vem sendo feito,

mas considerando o seu valor como fonte de aprendizado e de impulso para nossa busca), lançando mão da "imaginação utópica".

E mesmo que esta utopia se concretize, o caráter dinâmico da realidade e da própria vida humana, estará sempre fazendo emergir novos sonhos, novas utopias para serem realizadas: "Há sempre um excedente utópico a funcionar como mola de um novo ciclo imaginativo, há sempre algo de irrealizado que busca realizar-se numa nova projeção." (COELHO NETO, 1985, p.12)

Que a complexidade que envolve a realização desta utopia não nos intimide; pelo contrário, que ela sirva como estímulo ao desafio de buscar na imprevisibilidade do futuro os frutos das sementes utópicas do presente.

NOTAS

- (1) L. O. de L. CAMARGO, no seu livro "O que é lazer" (p.26-28), acrescenta a estes cinco, os interesses turísticos.
- (2) Eu diria, histórico-social.
- (3) Esta terminologia esta sendo por mim considerada como sinônimo da expressão animação cultural, por compreender que se trata do mesmo conceito.
- (4) É necessário destacar a importância da animação cultural na infância para se construir uma base sólida de vivência lúdica, como fundamento da criticidade e da criatividade. (cf. MARCELLINO, 1986, p.66)
- (5) Podendo e devendo extrapolar, na minha opinião, para outros planos da vida social, inclusive o do lazer.
- (6) Eu prefiro dizer, certamente favoreceria a criação.
- (7) Decidí manter em sigilo os locais pesquisados, a fim de evitar constrangimentos em relação às observações realizadas.
- (8) Utilizei ambos os termos (lazer e recreação) na pergunta aos professores, por observar que este procedimento facilitou o entendimento da questão.
- (9) Conforme CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, Capítulo VII, Seção I, Art. 37, item II, p.36.
- (10) Pude observar nas entrevistas que alguns professores que participaram do já mencionado "Curso de Recreação Comunitária", onde a questão das Praças como Centros de Lazer foi amplamente discutida, demonstraram maior clareza sobre o assunto.

(11) Este Clube, com sede na cidade de Campinas, também possui uma Praça em outra cidade próxima a esta região. Esta pesquisa foi realizada apenas na Praça de Campinas.

(12) Logo em seguida ao nome do Clube, na primeira página do jornal, vem escrito ESPORTE/SAÚDE e LAZER, demonstrando, ao meu ver, a intenção de interligar estes aspectos e a função do clube.

(13) A maioria dos aparelhos de ginástica olímpica que estão no Clube pertencem à Prefeitura Municipal de Campinas. Há uma equipe de treinamento desta modalidade que representa o Clube e o Departamento Municipal de Esportes, num convênio realizado entre ambos, a qual é orientada por professores da Prefeitura que também atuam no Clube.

(14) Segundo o Coordenador Geral de Esportes, há urnas para sugestões colocadas na secretaria do Clube, onde os sócios podem expressar suas opiniões e sugestões sobre o que está sendo oferecido pelo Clube.

(15) Utilizarei, em vários momentos, Praças de Esporte e Clubes Particulares no plural, porém sem ter a pretensão de generalizar categoricamente as reflexões suscitadas a partir de um estudo comparativo entre casos, mas objetivando intuir que a situação particular verificada nestes casos possui semelhança com outras instituições afins.

(16) Especificamente quanto a alguns projetos que o DME vem desenvolvendo, como por exemplo o Projeto Idoso, eu não tive nenhum contato. No entanto, penso ser importante destacar que estas podem se caracterizar como iniciativas interessantes e que não serão aqui abordadas.

(17) Existe alguma iniciativa relacionada a estes gêneros, especialmente ao do conhecimento, nas atividades como yoga, caratê e judô, desenvolvidas no Clube. Os professores alegam que para praticá-las é preciso conhecer a filosofia que as permeia. No entanto, observei que os conhecimentos são transmitidos sem a necessária preocupação com o questionamento dos mesmos. No caso das atividades esportivas, o conhecimento veiculado direciona-se basicamente às regras dos esportes.

(18) Saliento novamente que a presença de leigos acontece justamente em atividades que em geral não constam nos currículos de educação física em nosso país ou que aparecem apenas como disciplinas optativas (por ex.: yoga, karatê, judô, jazz e ballet), ao contrário dos esportes mais tradicionais que são obrigatórios nos cursos de formação e nos quais a grande maioria dos professores que atuam, em ambos os setores, são graduados em educação física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem A. A gestão do futuro. 2.ed. Campinas: Papirus, 1987.
- . Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . Conversas com quem gosta de ensinar. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. *Revista da Educação Física*, Maringá, v.0, p.28-33, 1989.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Esporte, tempo livre, recreação e lazer na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.11, n.2, p.114-117, janeiro/1990.
- . A identificação de um contexto para o desenvolvimento de um currículo em recreação e estudos do lazer no Brasil a nível de 3o grau: aplicação do método Delfos. Pennsylvania, USA, 1988. Tese (doutorado) Penn State University, Pennsylvania, 1988.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) O educador: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- BRUHNS, Heloísa T. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.13, n.1, p.61-68, setembro/1991.
- . A proposta "carente" de lazer x o espaço de lazer dos "carentes". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.11, n.3, p.210-214, 1990.
- . A dinâmica lúdica. Campinas, 1989. Dissertação (mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1989.
- BRUYNE, Paul et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

- CAMARGO, Luiz Otávio de L. Política de Lazer. Estudos do Lazer, São Paulo, SESC, v.1, p.3-7, 1985.
- . O que é lazer. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985.
- CARVALHO, Antônio Melo de. Cultura Física e Desenvolvimento. Lisboa: Compendium, s.d.
- CHAUFÍ, Marilena. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. *Folha de São Paulo*, 16.06.90, letra F-5.
- . O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) O educador: vida e morte. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989a. p.51-70.
- . Cultuar ou Cultivar. *Teoria e Debate*, n.8, p.50-56, out/nov/dez, 1989b.
- COELHO NETO, José Teixeira. O que é indústria cultural. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- . Usos da cultura; políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- . O que é utopia. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas públicas para os esportes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.11, n.3, p.186-189, 1990.
- DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- DUMAZEDIER, Joffre. Valores e Conteúdos Culturais no Lazer. São Paulo: SESC, 1980a.

- . Planejamento de Lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980b.
- . Lazer e Cultura Popular. São Paulo: SESC, 1976.
- . Questionamento Teórico do Lazer. Porto Alegre: CELAR, 1975.
- DURHAN, Eunice R. Cultura e Ideologia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.71-89, 1984.
- ESTATUTOS do Clube Campineiro de Regatas e Natação. Outubro de 1989.
- FALEIROS, Maria Isabel L. Repensando o lazer. *Perspectivas*, São Paulo, v.3, n.18. p.51-65, 1980.
- FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) O educador: vida e morte. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.89-101.
- . Ação Cultural para a liberdade. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . Pedagogia do Oprimido. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREITAG, Bárbara. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- GARRETT, Annette. A entrevista, seus princípios e métodos. 8.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.
- GOODE e HATT. Métodos em pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. 7.ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1989.
- . Concepção dialética da história. 3.ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978a.
- . Literatura e vida nacional. 2.ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978b.
- JOLL, James. As idéias de Gramsci. São Paulo: Cultrix, 1979.

- LAKATOS, Eva M. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 1977.
- LEGRAND, Gerard. Dicionário de Filosofia. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LEME, Dulce M. P. de C. Metodologia das Ciências Sociais. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) Introdução às ciências sociais. 3.ed. Campinas: Papirus, 1989. p.97-102.
- MAGNANI, José Guilherme C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992a. p.181-196.
- . O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.12, n.(1,2 e3), p.313-317, 1992b.
- . Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1990a.
- . Subsídios para uma política de lazer - o papel da Administração Municipal. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.11, n.3, p.206-209, 1990b.
- . (Org.) Introdução às ciências sociais. 3.ed. Campinas: Papirus, 1989.
- . Especialistas e riscos. *Correio Popular*, Campinas, 5 de fevereiro de 1988, Lazer & Turismo.
- . Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 1987.
- . Lazer: animação e participação cultural. *Comunicarte*, Campinas, PUCC, v.4, n.8, p.61-68, 1986.
- . Lazer e Humanização. Campinas, Papirus, 1983a.
- . Gramsci e a revolução cultural. *Reflexão*, Campinas, PUCC, v.8, n.27, p.33-46, 1983b.
- MEDINA, João Paulo S. O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo. 2.ed. Campinas: Papirus, 1990.

- . A educação física cuida do corpo ... e "mente".
Campinas: Papirus, 1983.
- MORAIS, Regis de. Estudos de filosofia da cultura. Campinas:
Faculdade de Educação/ Unicamp, 1991. (mimeo)
- MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). Educação física & esportes:
perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- PÁDUA, Elisabeth M. M. de. O trabalho monográfico como
iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília
M. de. (Org.) Construindo o saber: técnica de metodologia
científica. 2ed. Campinas: Papirus, 1989. p.149-180.
- PARLEBAS, Pierre. Perspectivas para una Educación Física
Moderna. Andalucia: Unisport, 1987.
- PINTO, Leila M. S. de M. A Recreação /Lazer e a Educação
Física: a manobra da autenticidade do jogo. Campinas, SP,
1992. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação Física, 1992.
- PRADO, Antônio Carlos de Moraes. Educação Física de Tempo
Livre: tendências para a capacitação profissional. São
Paulo, 1988. Dissertação (mestrado), Escola de Educação
Física da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1988.
- SABÓIA, Beatriz. A Filosofia Gramsciana e a Educação. *Em
Aberto*, Brasília, ano 9, n.45, jan/mar, 1990.
- SÉRGIO, Manuel. Para uma epistemologia da motricidade humana:
prolegómenos a uma ciência do homem. Lisboa: Compendium,
s.d.
- . Motricidade Humana: uma nova ciência do homem.
Lisboa: Univerdade Técnica de Lisboa/ISEF, 1989.
- . Um objecto de estudo: a motricidade humana. *Revista
Brotéria*, Lisboa, p.303-313, março/1988.
- . A prática e a educação física. 2.ed. Lisboa:
Compendium, 1978.

- SEVERINO, Antônio J. Metodologia do Trabalho Científico. 15.ed.rev. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVESTRE NETO, Dante. Quem é o animador cultural? Leituras CELAZER, São Paulo, SESC, n.6, s.d.
- SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- THIOULENT, Michel J. M. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. 5.ed. São Paulo: Polis, 1987.
- VALLE, Edênio e QUEIRÓZ, José J. (Orgs.) A cultura do povo. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- VALLE, Lilian A.B. do. O lazer como resistência. *Forum educ.* Rio de Janeiro: v.12, n.4, p.44-50, out/dez, 1988.